

# Anais da Assembléia

CURITIBA, 30 DE NOVEMBRO E 3 DE DEZEMBRO DE 1973

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### COMISSÕES PERMANENTES

#### 3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

### COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério

— Quielise Crisóstomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

#### SUPLENTE S

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli —

Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes —

— Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares

REUNIÕES — Às quartas-feiras

### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

#### TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério —

Francisco Escorsin

#### SUPLENTE S

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Ba-

raniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

#### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

#### SUPLENTE S

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin —

Iris M. Caldart (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Ney Rodrigues

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

#### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

#### SUPLENTE S

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebas-

tião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

#### TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel

Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

#### SUPLENTE S

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — An-

tonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

#### TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella — (M.D.B.)

Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

#### SUPLENTE S

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P.

Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE TURISMO

#### TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)

Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

#### SUPLENTE S

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE FINANÇAS

#### TITULARES

PRESIDENTE — Quielise Crisóstomo

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin

— Gilberto Carvalho

#### SUPLENTE S

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima —

Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)

REUNIÕES — Às terças-feiras

SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

### COMISSÃO DE POLÍCIA

#### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza

Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

#### SUPLENTE S

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.)

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE REDAÇÃO

#### TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

#### SUPLENTE S

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr.

— Alvaro Dias (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lélío Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

#### TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

#### SUPLENTE S

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quiel-

ise Crisóstomo — Domício Scaramella (M.D.B.)

SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

#### TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

#### SUPLENTE S

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes —

Domício Scaramella (M.D.B.)

Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973.



**DECRETOS LEGISLATIVOS:**

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 748-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 10.122-73, de 10 de outubro de 1973, deste Poder,

**RESOLVE:**

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a funcionária ARACY ZECK, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de novembro de 1973.

- a) JOAO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 749-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n.º 10.585-73, de 24 de outubro de 1973, deste Poder,

**RESOLVE:**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de ARISTEU DA SILVA BERGER ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20 de novembro de 1973.

- a) JOAO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 750-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 10.144-73, de 11 de outubro de 1973, deste Poder,

**RESOLVE:**

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970 ao acervo de serviço público de MARIA DE LURDES BIZETTO REQUE, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 26 de fevereiro de 1965 e 26 de agosto de 1969, antecipado em razão das férias referentes aos anos de 1966, 1967 e 1968, contados em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20 de novembro de 1973.

- a) JOAO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura**

**Ata da 243.ª Sessão Ordinária**

**Realizada em 30 de Novembro de 1973 - (6.ª-Feira)**

Presidência do Senhor Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Thomazoni e Borsari Neto.

As 10,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Santos Lima, Odilon Reinhardt, Jorge Sato, Muggiati Filho, David Federmann, Hélio Manfrinato, Antônio Belinati, Antônio Costa, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Emílio Carazai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivo Rocha, Ivo Thomazoni, João Fadel, Leopoldo Jacomet, Maurício Fruet, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Quielise Crisóstomo, Rosário Pittelli, Sebastião Rodrigues Júnior, Wilson Fortes, Igo Lasso e Xenofonte Villanueva 33; achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Aguiinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Arthur de Souza, Domicio Scaramella, Haroldo Bianchi, Iris Caldart, Lázaro Dumont, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Paulo Poli e Wilson Brandão (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE

**REQUERIMENTOS:**

- de autoria do Senhor Deputado Borsari Neto, solicitando dispensa de publicação da Redação Final do Projeto de Resolução n.º 77-73.
- de autoria do Senhor Deputado Borsari Neto, solicitando dispensa de publicação da Redação Final do Projeto de Lei n.º 260-73.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa, regimentalmente, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje de voto de regozijo pela passagem, no próximo dia 2 de dezembro, do centenário de Fundação do Jôquei Clube do Paraná.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa à Diretoria da entidade homenageada, na pessoa de seu Presidente Dr. Aramys Bertholdi.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1973.

(a) — Maurício Fruet

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "No mês passado, o Deputado Túlio Vargas, fez um discurso

na Câmara dos Deputados, destacando a importância e fragmentos históricos da Colonização do Vale do Ivaí.

Fala o Deputado desde as primeiras expedições que fizeram o reconhecimento do Vale do Ivaí, um dos mais férteis do mundo.

Hoje quando venho falar sobre a Região, não poderia deixar de fazer referência ao discurso do Deputado Túlio Vargas, principalmente sobre o aspecto histórico por ele abordado, publicado na "Folha de Londrina" do dia 10 de outubro passado, que dado sua importância para a Região e o Paraná, tenho a honra de solicitar a transcrição nos Anais desta Casa:

"É oportuno lembrar, concomitantemente com seus aspectos técnicos, fragmentos históricos da colonização do Vale, permanente objeto da cobiça, estudos e curiosidade de expedições estrangeiras e brasileiras ao longo dos anos. A data da sua exploração inicial remonta ao Século XVI. Ruy Dias Melgarejo, chefe de aguerrida expedição militar espanhola, foi o primeiro homem a fazer o reconhecimento da Região, estabelecendo às margens do Rio Ivaí postos de abastecimento, o que levou, no ano de 1576, à fundação da Vila Rica do Espírito Santos, à margem sul do rio, nas proximidades da Foz do Corumbataí. Três anos mais tarde, estavam radicados só no distrito de Vila Rica, cerca de 200.000 guaranis. Entre 1610 e 1630 foram fundadas outras nove estações missionárias ou reduções, ao largo do rio Ivaí, a saber: Santo Antônio, Jesus Maria, Santa Ana, Asiente de la Iglesia, São João Evangelista e São Roque. E no rio Corumbataí, as reduções de São Tomé e Archangelas. Em 1631, Vila Rica foi invadida pela primeira vez pela bandeira de Raposo Tavares. No ano seguinte, destruída definitivamente. Os índios que não morreram, ou fugiram, foram vendidos como escravos em São Paulo. E assim, essas terras ficaram quase duzentos anos desertas e abandonadas. A segunda expedição chefiada por Estevão Ribeiro Payão, chegou em 1769 a um grande rio, a que denominou D. Luiz. Era o rio Ivaí. Em 1845 o Barão de Antonina organizou uma expedição chefiada por Joaquim Francisco Lopes e o piloto naval americano, Henry Elliot, que atingiu a foz do Corumbataí através do Rio Paraná. Esse mesmo percurso foi repetido em 1872 pelo meu bisavô Telêmaco Borba e o inglês Thomaz Bigg-Whiter, que nada encontraram da antiga redução de Vila Rica, a não ser índios amistosos. Em 1869 foi levantado cartograficamente o sertão do baixo Ivaí, pelo engenheiro Antônio Pereira Rebouças. Essas explorações foram feitas com o auxílio de André Rebouças, Henrique Beaupaire Rohan, Cristian Palm e William Lloy. As primeiras explorações para verificar a possibilidade de usar o rio Ivaí como via de comunicação, foram efetuadas em 1864 pelo engenheiro alemão Gustavo Rumbelsperger. Prosseguiram esses trabalhos os engenheiros Francisco e José Keller, alemães também, pai e filho. Em 1865 levantaram e nivelaram o rio, desde a Colonia Tereza até sua foz no Rio Paraná. Dez anos após, o engenheiro William Lloyd examinou a possibilidade do traçado de uma ferrovia através do Vale. As primeiras picadas pelo íngreme sertão do Oeste do Paraná foram abertas em 1911 e 1923 pelo agrimensor e pioneiro Edmundo Mercer, do Tibagi, a fim de facilitar o transporte de gado diretamente do Mato Grosso para o Paraná, evitando-se o enorme desvio pelo Estado de São Paulo foi denominada a Boiadeira. Dirigia-se do Salto Ubá no rio Ivaí por Campo Mourão, até Porto Camargo, no rio Paraná. Auxiliou-se nessa ingente tarefa o saudoso jornalista Carlos Alberto Coelho Junior. Há muito ainda sobre o rio do Ivaí, o imenso Vale, as suas terras ubérrimas, que merece registro especial. Voltarei ainda ao assunto".

"Embora a Região contribuía com substancial importância para o desenvolvimento do Estado, pouco se falava ou melhor pouco os poderes públicos contribuíram com a iniciativa privada, para dar condições técnica e meios de comunicação, de primordial importância para o seu desenvolvimento, com ligação condizente da Região aos maiores centros comerciais e a Capital do Estado.

Haja visto que em todas as reuniões promovidas pela Associação dos Municípios, que tivemos a honra de participar, o tema principal foi estradas e outros meios de comunicações, fazendo sentir o problema das péssimas estradas, as 7 balsas existentes nas principais estradas, que comparadas com outras estradas são verdadeiras picadas, o ISOLAMENTO de importantes municípios como São José do Ivaí, Barbosa Ferraz, Fenix e outros, que têm como único meio de travessia as balsas que ficam intransitáveis com as chuvas, muitas vezes interrompido o tráfego até 8 dias consecutivos.

"Não deixam de fazer referência a estrada BR-369, trecho Jandaia do Sul-Campo Mourão, relegada a segundo plano e já quase sem esperança de sua concretização, RESTANDO-NOS agora a esperança de apoio do Ministério de Minas e Energia, que com a construção da Usina Hidroelétrica de Itaipu, NECESSITA de melhor comunicação, e com a execução desse trecho encurtará em 70 quilômetros a distância para Itaipu, em cuja argumentação tem também se baseado o Senhor Governador para emprestar seu apoio.

Foi com este pensamento, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que a AMUVI — Associação dos Municípios do Vale do Ivaí, representando a Micro-região com sede em Jandaia do Sul, congregando 17 Municípios dirigidos por dinâmicos Prefeitos, auxiliados pelos seus vereadores e seu povo.

Resolveu através de um trabalho de vulto, um trabalho sério, levantar dados e confiar ao SERPFAU, o diagnóstico da Região, para que com a análise econômica se fundamente uma política de aproveitamento de potencialidades básicas e de integração no processo do desenvolvimento estadual, notadamente quando se põe em execução o programa dos Corredores de Exportação.

O referido trabalho já está concluído, tendo contado com todas as forças vivas da região, como seja Prefeitos, Vereadores, funcionários dos Municípios, estudantes, diretores da Associação, apoio do SERPFAU e SUDESUL, MOTIVO QUE apresentei na sessão de ontem, REQUERIMENTO propondo voto de congratulações à Associação dos Municípios do Vale do Ivaí, para que seu Presidente, Prefeito Irineu Labegallini, transmita a todos os componentes da Associação, o nosso contentamento e a nossa satisfação, pela entrega feita pelo SERPFAU àquela Associação, em sua sede, sábado passado na cidade de Jandaia do Sul, do TERMO DE REFERÊNCIA da região.

E apelo à SUDESUL, que empreste seu integral apoio com recursos no planejamento e condições técnicas à Associação, para que seja realmente útil o documento entregue, e que não perca sua importância por morosidade na sua aplicação.

Já colhe aquela Região, seus primeiros frutos, o EMINENTE GOVERNADOR EMILIO GOMES, tomando conhecimento do trabalho que estava sendo desenvolvido, antes mesmo de sua publicação, já fez constar de seu plano de obras, VÁRIOS MELHORAMENTOS para aquela região, tomando por base o plano elaborado pelo SERPFAU, incluindo no plano de obras do Governo, como seja: a CONSTRUÇÃO das pontes sobre os Rios Ivaí e Corumbataí, que há tanto tempo vínhamos reivindicando,



e que hoje com a construção do projeto final de engenharia que está sendo elaborado pela firma ET&L, referente as estradas vicinais:

Bom Sucesso-São Pedro do Ivaí  
Porto Ubá-São João do Ivaí-Fênix

Fênix-Quinta do Sul, naquela região,

Creio poderemos confirmar no início dessas importantes obras na região, nos primeiros meses do próximo ano, conforme afirmou S. Exa. o Governador Emilio Gomes, assim como na inclusão da estrada vicinal Jandaia do Sul-Borrazópolis, Via Marumbi e Kaloré, ligando a estrada Porto Ubá-Mauá, já atendida até o distrito de São José em Jandaia do Sul, pela BR-369.

Não poderia deixar, neste momento, de registrar os nossos agradecimentos ao Governador Emilio Gomes e seu Secretariado pelo atendimento que nos tem dispensado e pelo trabalho que vem desenvolvendo na região em perfeito entrosamento com os Prefeitos, destacando a Secretaria de Educação que deu início ao reequipamento aos estabelecimentos de ensino.

ATRAVÉS DA FUNDEPAR, com a construção de unidades escolares e ampliações.

NA SECRETARIA DE VIAÇÃO, que através do D.E.O.E., vem procurando melhorar os estabelecimentos de ensino, com reparos e ampliações; ATRAVÉS DA TELEPAR no serviço de Telecomunicações com obras iniciadas; ATRAVÉS DA SANEPAR, iniciando o serviço de saneamento, principalmente no setor de abastecimento d'água.

Através da Copel com extensão de energia aos distritos.

NA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, através da Polícia Civil, procurando seu Diretor com dedicação, oferecer melhores condições de trabalho e segurança, em convênios para construção de delegacias e aquisição de viaturas.

A SECRETARIA DE TRANSPORTES E DIRETOR DO D.E.R., enviando os esforços para atender a região pela execução das obras programadas no setor rodoviário.

Pode estar certo o Governador Emilio Gomes, que a região do Vale do Ivaí está contente com o trabalho iniciado pelo seu Governo e que os 476.617 habitantes dos 17 municípios da micro-região do Vale do Ivaí, confiam no seu Governo, certos de que poderão ver tornar realidade a execução das obras programadas, especialmente as ESTRADAS e PONTES SOBRE OS RIOS IVAÍ E CORUMBATAÍ).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, para o Grande Expediente, ao Sr. Deputado Ivo Rocha.

O SR. IVO ROCHA — (Lê): "Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"O motivo que nos leva a ocupar a Tribuna, envolve um assunto que reputamos ser do mais elevado interesse do Estado do Paraná, tanto por parte do Governo, como, também, pela comunidade paranaense, tão frontalmente atingidos pelo descabimento das decisões ligadas à área da produção agrícola, onde o Paraná vem se esforçando cada vez mais, para emprestar maior grandeza ao país.

Senhor Presidente e Senhor Deputados —

1.º — Considerando que o Paraná é hoje o 2.º Estado produtor de trigo do país;

2.º — Considerando que a modernização das técnicas empregadas pelo agricultor paranaense aprimora, de safra para safra, quantitativa e qualitativamente a produção paranaense;

3.º — Considerando que o agricultor paranaense, orientado pelas autoridades do seu Estado, está concientizado de que só o aumento de produção poderá diminuir a evasão de divisas nacionais, diminuindo cada vez mais a faixa subsidiada pelo Governo na importação e distribuição do trigo;

4.º — Considerando que o Decreto-Lei n.º 210, de 27.2.1967, encerra discrepâncias altamente prejudiciais ao Governo, ao produtor e ao consumidor paranaenses;

5.º — Considerando que, na presente safra, a produção tritícola de nosso Estado é da ordem de 420.000 toneladas;

6.º — Considerando que a cota de moagem atribuída ao Paraná, por Portaria da SUNAB, é da ordem de 131.757 toneladas;

7.º — Considerando que o fechamento do moinho das Indústrias Matarazzo, no litoral paranaense, e a incorporação de sua cota de moagem, da ordem aproximada de 40.000, a outra unidade industrial da mesma empresa, porém, sediada em S. Paulo, foi altamente lesiva à economia paranaense;

8.º — Considerando que a necessidade de consumo "per capita", anualmente, é da ordem de 56 quilos;

9.º — Considerando que a população paranaense é de cerca de 7.000.000 de habitantes;

10.º — Considerando que, diante de tais números, são necessárias 392.000 toneladas de trigo para o consumo de todos os paranaenses;

11.º — Considerando que, ainda em virtude de tais números, é necessário que se exporte trigo em grão e se importe trigo moído (farinha), na ordem de 260.000 toneladas, para suprir os lares paranaenses;

12.º — Considerando que o Paraná possui capacidade industrial (moageira) suficiente às suas próprias necessidades;

13.º — Considerando que existem no Estado 225 moinhos coloniais fechados à moagem de trigo por determinação da SUNAB;

14.º — Considerando que este último fato traz, de imediato, as seguintes e graves consequências:

a) — Encarece o produto à mesa do pequeno produtor e do consumidor, em geral;

b) — Cria problema social com o desemprego de muitos paranaenses que, naqueles moinhos, buscavam com o seu trabalho o honroso sustento às suas famílias;

c) — Onera, com prejuízos incalculáveis, os proprietários de tais moinhos, face aos investimentos já feitos;

d) — Gera o desestímulo ao produtor.

15.º — Considerando que a exportação de trigo em grãos e importação de farinha, na ordem já enunciada de 260.000 toneladas gera prejuízos ao Paraná, em I.C.M., na expressiva soma de Cr\$ 31.000.000,00, anualmente.

16.º — Considerando o quadro abaixo:

		per capita
Rio Grande do Sul		
Produção ... ..	1.300.000 toneladas	
População ... ..	6.800.000 habitantes	
		57 Kg.
Consumo teórico ... ..	331.000 toneladas	
Cota de moagem ... ..	385.000 toneladas	
Santa Catarina		
Produção ... ..	60.000 toneladas	
População ... ..	2.950.000 habitantes	

Consumo teórico ... ..	165.200 toneladas
Cota de moagem ... ..	140.000 toneladas

48 Kg.

São Paulo	
Produção ... ..	51.000 toneladas
População ... ..	18.000.000 habitantes

70 Kg.

Consumo teórico ... ..	1.008.000 toneladas
Cota de moagem ... ..	1.258.243 toneladas

Paraná	
Produção ... ..	420.000 toneladas
População ... ..	7.000.000 habitantes

19 Kg.

Consumo teórico ... ..	392.000 toneladas
COTA DE MOAGEM ... ..	131.757 toneladas

17.º — Considerando, finalmente, que todos esses fatos já têm sido farta e reiteradamente denunciados, tanto por esta Assembléia Legislativa, como pela Câmara Federal, e pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (FETAEP);

Solicito, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o assentimento desta Augusta Casa, para em voz uníssona levarmos respeitosamente ao conhecimento de Sua Excelência o Senhor Presidente da República bem como aos Excelentíssimos Senhores Ministros da Fazenda Agricultura e Indústria e Comércio lédimos árbitros das questões aqui levantadas, o que abaixo

#### REQUER

1.º) — Seja criada, para o Paraná, 2.º Estado produtor de trigo da Federação, UMA ZONA DE CONSUMO INDEPENDENTE, com o seu desmembramento da 7.ª Zona, a que, atualmente, pertence;

2.º) — Seja concedida ao Paraná, cota de moagem da ordem de quatrocentas mil (400 000) toneladas, números consentâneos com a população e produção paranaenses;

3.º) — Sejam destinadas cotas de moagem aos moinhos coloniais, único meio de minimizar o custo do produto ao consumidor, que concorre para produzi-lo, restituindo-lhe o estímulo que já se desvanece e que é indispensável ao desiderato da auto suficiência da produção tritícola brasileira, que tanto desejamos.

O SR. Sebastião Rodrigues Júnior — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Eu não poderia deixar V.Exa. concluir seu pensamento, sem emprestar total solidariedade pela tese que V.Exa. brilhantemente expõe desta Tribuna.

Aduziria mais alguns números, àqueles que V. Exa. citou, comparativamente com o tratamento que o Governo vem dispensando ao nosso Estado e aos demais Estados da Federação, com relação ao problema da quota de moagem. Não me lembro não me recordo, se V. Exa. fez o paralelo com o Estado de Sta. Catarina. V. Exa. mencionou? Não sei se V. Exa. disse três milhões de habitantes...

O SR. IVO ROCHA — Exato.

O SR. Sebastião Rodrigues Júnior — com 140 mil toneladas. Então veja, V. Exa., também este número, eu desejaria apenas complementar, porque eu prestei atenção quando V. Exa. comparava Rio Grande do Sul e São Paulo. De fato que o Governo pretendeu foi ainda uma ação de controle absoluto de produção agrícola, para saber se poderia ou deveria importar. O método de que ele lançou mãos para ter este controle, vai, e já está produzindo consequências que ele não esperava, que é um verdadeiro desestímulo, dos produtores do trigo sobretudo, do Sudoeste paranaense, onde esta produção é feita em minifúndio. Então a grande produção do trigo na região é na verdade, a soma de uma série de produtores. Ora, eles não se sentem estimulados a contratarem ou alugarem um veículo, um caminhão para levar dez sacos de trigo a uma sede a um Município de sede regional, que possui algum moinho registrado, e no Sudoeste apenas um, existe para que se faça a moagem do produto. Ora, então o que vai ocorrer, ele deixará de plantar, deixará de produzir, e aí sim, o Governo verá que a resolução da Sunab, que fechou os moinhos coloniais, terá as mais funestas consequências para a política tritícola do Brasil que eu entendo, é um dos objetivos máximos do Governo. Porque nós gastamos um mundo em divisas com a importação do produto. Solidarizo-me inteiramente com V.Exa., e eu quero ressaltar que até agora, nós temos ido a esta Tribuna como V.Exa. faz hoje, em termos de apelo, porque nós entendemos que o nosso objetivo, que o Governo não é mal intencionado. E se nós levarmos a ele, o conhecimento dos fatos concretos como V.Exa. faz agora, ele deverá tomar as providências que são, afinal de contas, providências que interesse não só do Estado mas como da própria União. Mas o que estamos vendo nisto tudo, é que a fase do apelo e do esclarecimento, já está superada. E o Governo deveria já ter tomado as providências, porque ele conhece o problema. Hoje, para mim, o Governo está fazendo opção entre os interesses do Estado do Paraná e os interesses dos moinhos de São Paulo, que na verdade, são grupos estrangeiros que moem o trigo no Estado de S. Paulo e o Governo hoje, para mim, está saindo do terreno dos bons propósitos, para dar solidariedade a grupos estrangeiros que mantêm o controle de moagem de trigo no Estado de São Paulo. Se com estes fatos, e com estes esclarecimentos, o Governo não atender as reivindicações do Paraná, é justo sob todos os aspectos, e nós diremos como V.Exa. disse, também em voz uníssona, que devemos sair desta fase de esclarecimento e de reivindicação, para denunciar o Governo como cúmplice de uma traição à economia nacional, porque não se entende que o Governo prestigie a Anaconda e outros grupos estrangeiros em S. Paulo, em detrimento da produção do trigo do Paraná. dos interesses da economia paranaense e dos interesses da economia nacional. Ainda mais agora, quando estamos assistindo a um aumento crescente do preço da gasolina, face à crise do Oriente Médio, não se entende que produtores de trigo de Barracão, Toledo e Pelotina, produzem o trigo, e este trigo vá ser moído em São Paulo e volte para ser consumido como farinha lá na zona da produção. Com a gasolina a este preço, ainda para satisfazer a grupos estrangeiros. Em S. Paulo, é isto que o Governo tem que fazer, a opção e não pensar. Já que nós não estamos concientizados do problema, porque apenas dirigimos apelo. Temos o direito de acreditar que o Governo tem boa vontade, o que às vezes falta é esclarecimentos, mas que estão sendo prestados à medida que solicitados. Mas, uma vez não atendidos, tomaremos parte, em termos de Paraná, duma denúncia, porque isso é um verdadeiro crime de traição aos interesses da economia nacional.

O SR. IVO ROCHA — Agradeço o aparte do nobre Deputado Sebastião Rodrigues e estou realmente convencido de que é uma contribuição para que nós possamos entender o verdadeiro sentido do nosso pronunciamento.



E quero complementar ainda que venho humildemente de uma Região que contribui hoje, segundo dados estatísticos, com a metade da participação; 50% da produção total do Estado do Paraná, em trigo. E este trigo, como bem frisou o nobre Deputado, na sua grande maioria, 260 mil toneladas, se evadem do Estado para ser moído em Estados como São Paulo. Não queremos agravar a situação desses outros Estados que também produzem; o que queremos é o que por direito merecemos. Mas na verdade, o trigo que sai daqui e deixa de ser moído lá, muitas vezes perto da zona do produtor, por moinhos coloniais, o é em São Paulo, e, na volta, este mesmo colono vai adquiri-lo, como é o caso da nossa Região, em que o colono denuncia, que paga no câmbio negro um pacote de trigo, à razão de 15 cruzeiros.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Veja V.Exa. uma situação injusta para o Paraná, que V.Exa. está denunciando. E os interesses do Paraná se confundem com os interesses nacionais. Não vejo motivo para o não atendimento a esses interesses. Apenas a pressão de pequenos grupos econômicos, numericamente. Mas em termos grandes, em termos de que representam acima de tudo, grandes interesses internacionais. É uma luta que se trava entre os interesses de nosso país e de grupos estrangeiros.

Veja V.Exa. que o moinho colonial, é uma medida ilegal, mas corrige uma injustiça; e fazendo lembrar aquele ditado romano que diz: "NOM OMNE QUOD LICET HONESTUM EST" — "Nem tudo que é legal, é honesto". Então, o moinho colonial, não era legal mas é honesto; o que tem que se corrigir. Ha moinhos clandestinos; mas vamos atribuir quotas aos moinhos coloniais para que eles possam abastecer as regiões de produção; e vamos permitir que cada produtor possa levar ao moinho uma quantidade de trigo e receber de volta a farinha para o seu consumo. Este moinho estaria obrigado ao registro.

Veja V.Exa. o único moinho que possui o Sudoeste; as quotas que possui, são totalmente convertidas em massa; porque lá há uma indústria de massas alimentícias; ele não vende farinha na Região. E assim, toda a farinha consumida na Região vem de São Paulo e, em alguns casos, do Paraná. Eu, honestamente, vejo que os interesses da Região produtora, condizem com os interesses do Estado e com os interesses da União. E significa economia de divisas e estímulo da produção. Não vejo porque, até agora não se tomou uma medida para corrigir esta situação. Não podemos estar submetidos aos interesses estrangeiros em ponto tão vital para a economia nacional. Esta a resposta que o Governo tem que dar: se está com os brasileiros, ou se está com os interesses estrangeiros, nesse setor.

O Sr. Ivo Thomazoni — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Devo dizer a V.Exa. que conheço o teor do Requerimento de V.Exa., e ele mereceu, desde o instante primeiro em que tomei conhecimento dos termos em que está vasado, total e unânime apoio porque V. Exa. hoje traz objetivamente o problema à Tribuna, sugerindo uma solução. Mas não poderia deixar de afirmar que o Governo está se preocupando com o problema, tendo procurado uma solução. Poderia citar a V.Exa. alguns aspectos do problema para que não se julgue o Governo como mal intencionado no tocante à defesa dos interesses mais nacionalistas e de proteção à triticultura. Verifique V.Exa. que mau grado tenhamos "per capita" uma média de 19 quilos de moagem na quota ao Paraná. O Governo não é propriamente o culpado por esta situação de inferioridade paranaense.

Quando se criaram, em termos de comercialização e industrialização do trigo, as regiões geo-econômicas, o Paraná ficou agregado ao Estado de São Paulo, na 7.a Região, assim como Santa Catarina ao Rio Grande do Sul, constituindo a 8.a Região e a distribuição das quotas, pelo órgão responsável do Governo Federal, foi feita de maneira justa. Deferiu-se, na época, uma quota que chegava a 55 quilos de moagem "per capita" ao Paraná, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e houve posteriormente uma calamidade cometida por alguns industriais que, não tendo espírito paranaense, e como a legislação lhes permitia a transferência de quotas dentro da mesma região, venderam as quotas, não aos moinhos com suas máquinas e capacidade, mas a preço de ouro a industriais paulistas.

O que se verificou então? Na Região, Sudoeste, e o Deputado Sebastião Rodrigues também sabe disto, nada menos que quatro moinhos que dispunham de quotas para moagem, reconhecidas e homologadas pela SUNAB, venderam as industriais paulistas. E nós, que tínhamos uma quota de moagem que significava o dobro da quota de Santa Catarina, em razão de nossa população que é bem maior, passamos hoje a ter uma percentagem bem menor.

Quando o Governo levou o problema às autoridades federais, essas de pronto mostraram ao Governo do Estado esta ocorrência e disseram ao Governo: quem garante que deferindo o aumento de quotas aos moinhos do Paraná ou distribuindo quotas aos moinhos coloniais, aqueles que tendo capacidade técnica tivessem condições de receber essa homologação, quem garante que não voltarão a vender as quotas, fazendo dinheiro à custa da concessão do Governo Federal?

A luta do Governo, Sr. Deputado, reside fundamentalmente na desvinculação do Estado do Paraná do Estado de São Paulo, que se distribuem as quotas por Estado e não por Região, levando em consideração a população, a capacidade de produção, a necessidade de consumo para estabelecer uma medida justa que evitasse o passeio do trigo que onera consideravelmente o preço da farinha ao consumidor.

Foram feitas outras tentativas e o Deputado Sebastião Rodrigues Jr. teve esta informação. Em Pato Branco, por exemplo, conseguimos, como experiência, uma cota extra, para o único moinho que tem cota homologada. Essa cota extra na ordem de 15 mil toneladas, foi moída e entregue, pela Cooperativa de Dois Vizinhos, e só cobrada a moagem e o ICM, e entregue aos colonos. Essa cota foi entregue ao moinho do Sr. Bonato e retornou à Cooperativa que entregou a farinha a 62 mil cruzeiros a saca, quando sabemos que o preço, em pacote, é de 100 a 120 cruzeiros o equivalente a 60 quilos. Então, a tentativa é válida. E hoje estamos procurando, através do Sr. Eloi, que é o responsável pelo setor, no Paraná, que nos ajude, que se sensibilize com o problema dos colonos. E tive, em Dois Vizinhos, uma reunião com moageiros, colonos e Cooperativa e eles estavam alertando o Governo para que altere o Decreto n.º 210. Parece que vamos caminhar para solução do problema. Mas há tantos interesses em jogo. E o nobre Deputado Sebastião Rodrigues disse bem que, hoje, os moinhos coloniais são uma exceção honrosa, porque, na sua quase totalidade, os moinhos estão entregues a trusts estrangeiros. E essa evidência prejudica muito a economia paranaense. Mas, a verdade é que estamos diante de um grave problema social. Os nossos pequenos produtores já ameaçam de não plantar mais trigo. E isto ocorrendo, teremos de aumentar nossa cota de importação. E se assim procedermos, aumentaremos sensivelmente os prejuízos para nossa lavoura. Isso é indiscutível.

Só quero que fique registrado, neste meu aparte, o interesse do Governo do Estado pelo problema. Eu, pessoalmente, fui à Santa Catarina e consequentemente uma guia de trigo em grão, para moagem. Nessa guia o produtor declarava sua propriedade, quanto produzia, quanto necessitava em quilos de farinha para sua subsistência e da sua família, para tantos anos.

E essa declaração é abonada pelo Sindicato dos Moageiros, tornando-se, portanto, um documento hábil para que não se faça a apreensão do produto. Ocorre que, quando trouxe o xerox dessa guia, dessa declaração, entreguei-a ao Sr. Governador do Estado e alertei S.Exa. de que a fiscalização do Banco do Brasil, na 7.a Região, era no sentido de se fechar os moinhos coloniais. E, na 8.a Região, os moinhos trabalhavam dia e noite, sem parar. E diante dessa desigualdade de tratamento, não podemos nos calar. E S.Exa. o Sr. Governador nos prometeu tomar providências para sanar essas irregularidades. E, hoje, estamos assistindo uma situação tal que, pode ocorrer que um Deputado diga, ao proprietário do moinho colonial que burle a Lei, e não deixe de moer o trigo, porque é melhor burlar a Lei e resolver o problema social do que permitir que os colonos façam aquilo que prometem, que ameaçam: queimar o trigo às portas do Banco do Brasil. E essa ameaça que existe, quem sabe até, demonstrando, num quadro dantesco a sua revolta quanto a uma legislação já superada que existe desde fevereiro de 1967, que não foi aplicada porque não era cabível sua aplicação e que agora, abruptamente, se pretende aplicar com prejuízo sensível para o Paraná. Estou cumprimentando V. Exa. pelo trabalho que está hoje desenvolvendo nesta Tribuna e tem V. Exa. o apoio total desta Casa, porque felizmente pudemos observar que dos 47 Deputados desta Casa, não houve nenhuma voz discrepante no tocante à defesa dos pequenos produtores, pequenos moageiros e contra interesses daqueles que pretendem se apoderar, com exclusividade da industrialização e comercialização do trigo. Não pense V. Exa., quando os Deputados, os Prefeitos, os Vereadores, os Sindicatos as Cooperativas começaram a lutar pelo aumento de quotas, e distribuição aos moinhos coloniais, o Sindicato dos Moageiros do Paraná, aqueles que têm as quotas definidas pela Sunab, também através de memoriais dirigidos às autoridades já reivindicaram que se houver aumento de quotas, essas lhes sejam distribuídas, sejam distribuídas para os moinhos já reconhecidos e não aos moinhos coloniais. Isso também não seria a solução para o Paraná, porque temos que moer o trigo na Região para evitar o encarecimento do produto. Cumprimento V. Exa. pela oportunidade do pronunciamento e peço excusas se me alonguei demais no meu aparte, que não era o que eu pretendia.

O SR. IVO ROCHA — Agradeço o aparte do nobre Deputado Ivo Thomazoni que traz subsídios para nós muito valiosos, e quero dizer mais que o empenho do Sr. Governador nós já conhecemos, e é nesse sentido, engrossando as fileiras do Chefe do Executivo, que trazemos esse trabalho e pedimos o assentimento desta Casa para chegarmos a esse desideratum.

Quero informar ainda que na manhã de hoje recebi telefonema de Toledo, no qual um proprietário de moinho colonial, fechado, dizia que houve um precedente, porquanto a Justiça Federal, no Município de Campo Mourão, se não me engano, em que um cidadão entrou com um mandado de segurança e o Juiz despachava.

É um precedente, é a luta entre os poderes da União para decidir um assunto que achamos que poderia ser facilmente resolvido, inclusive com proposições à altura daquela que o Deputado Ivo Thomazoni citou, dando solução para um problema de desigualdade que liga o Paraná e resolvendo o problema clamoroso de nosso pequeno produtor, que vai ao desestímulo infalivelmente, trazendo consequências funestas para a triticultura paranaense, que hoje está a despontar como uma das maiores do Brasil.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Apenas para concluir e valendo-me uma vez mais da bondade de V. Exa., estou de pleno acordo com o que disse o Deputado Ivo Thomazoni, como estou, repito ainda, ao lado de V. Exa. nesse apelo que faz da Tribuna. O que apenas quis ressaltar é que nós, com nossas reivindicações, com nossos apelos, conscientizamos até a população paranaense que hoje já entende do problema. Manifestações na área federal, vários Deputados, imprensa deu ampla cobertura e o Paraná tem sido uma voz só. Entendo claramente que o Governador deve ter encampado assim o problema, levando essas reivindicações ao Governo Federal. E o que quero referir, quando digo ao Governo, é que justamente o Governo Federal tem todos os elementos na mão para resolver a questão. Ao invés de ficar usando o Ato 5 para cassar mandatos, porque com o ato 5 ele não vai fazer trigo nascer, é preciso que o Governo entenda que com atos adicionais sementes não germinam. Ele pode perseguir funcionários simples, pode cassar mandatos de Deputados sem direito de defesa, pode fazer uma série de coisas, mas produzir trigo, isso não, pode até baixar o Ato 6 que não vai conseguir. O que ele está conseguindo é o desestímulo à produção tritícola. Então, a responsabilidade é caracteristicamente do Governo Federal que tem um super-ministro, — o Ministro da Fazenda, que pretende, segundo alguns entendidos, ser um eminente mestre, um dos maiores que passaram pela face da terra, sobretudo ele acha isso de si mesmo, — que não entende um problema tão elementar. E por isso que não compreende que se retarde a providência, apenas se eles quiserem ceder às pressões de grupos estrangeiros, que tem a seu cargo a moagem do produto em São Paulo. Porque no Estado do Paraná, são nacionais os pequenos grupos. Esse critério, citado pelo Deputado Ivo Thomazoni, referente a Sta. Catarina, já existe no Rio Grande do Sul. Esse Estado adotou idênticas soluções.

O que pretendo, já que todos estamos conscientizados de que é justa a reivindicação, é que, se ela não for atendida, partir para a crítica para que se convença, não mais nos termos elegantes que estamos fazendo agora. Outro dia uma das figuras mais esclarecidas do Governo disse que o Paraná tem deixado de obter muita coisa por deixar de lutar. Esta é uma causa que justifica a luta. O Governo Federal não tem como negar o atendimento a essas reivindicações. E o Ministro da Fazenda em vez de se preocupar com outras coisas, deveria estar preocupado em apresentar uma solução para esse problema que é, de fato, de interesse para a nossa economia.

Quero resumir meu pensamento nas seguintes frases: Cabe a responsabilidade da decisão ao Governo Federal, porque tem elementos oficiais para decidir o assunto. Se não resolver é porque fez uma opção para a não solução e aí, então, partiremos para a crítica. O ano político vem aí e não se diga que se fez crítica para obter votos. Se o assunto for deixado nos pés em que está passarei a fazer a crítica responsabilizando o Governo Federal por traição da economia paranaense e por traição à economia nacional. Se S. Exa. preferir o ato para corrigir aqueles que o denuncia, é mais uma opção que poderá fazer.

De forma que passarei, em seguida, uma vez decorrido o espaço de tem-



po razoável, a fazer uma crítica, mas uma crítica contundente que o assunto merece.

Coloco-me, neste instante, inteiramente a seu lado.

O SR. IVO ROCHA — Agradeço novamente ao Deputado Sebastião Rodrigues.

Finalizo para dizer: falar neste problema seria repisar um assunto que companheiros desta Casa têm trazido à Tribuna muitas vezes, seria repisar o problema já levado ao Governo e por ele analisado. Hoje, colocamos este problema em termos de ser levado ao Presidente da República e aos Ministros interessados no assunto para que possam trazer uma solução que, realmente desejamos e necessitamos. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 33 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 51/73, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através Secretaria de Segurança Pública, com o Município da Lapa, objetivando fornecimento de encaminha para a Delegacia de Polícia local, mediante dotações do FUNRESPOL e de verbas orçamentárias do respectivo município. — **Aprovado.**

**Redação Final do Projeto de Resolução N.º 51/73**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**RESOLVE:**

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios de Segurança Pública, e o Município da Lapa, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas do orçamento do referido Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 1973.

a) Ilegível — Presidente  
a) Ilegível — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 51-73, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Munhoz de Mello, o prédio de madeira onde funciona o Grupo Escolar "Engenheiro José Faria Saldanha". — **Aprovado.**

**Redação Final do Projeto de Lei N.º 51-73**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Munhoz de Mello, o prédio de madeira onde funciona o Grupo Escolar Engenheiro José Faria Saldanha.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 1973.

a) Ilegível — Presidente  
a) Ilegível — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 89-73, que autoriza o Poder Executivo abonar faltas de alunos dos Colégios e Escolas de Nível Superior do Estado, quando disputarem competições esportivas oficiais. — **Aprovado.**

**Redação Final do Projeto de Lei N.º 89-73**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Ficam abonadas as faltas dos alunos dos colégios e escolas de nível superior do Estado, quando estiverem participando de competições esportivas oficiais.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 1973.

a) Ilegível — Presidente  
a) Ilegível — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 147-73, que concede Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Professor Oscar Martins Gomes. — **Aprovado.**

**Redação Final do Projeto de Lei N.º 147-73**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Professor Doutor Oscar Martins Gomes.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 31 de Outubro de 1973.

a) Ilegível — Presidente  
a) Ilegível — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 165-73, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de São José dos Pinhais, um (1) trator marca Caterpillar, modelo D440 A, Série 1642, pertencente a Secretaria de Agricultura. — **Aprovado.**

**Redação Final do Projeto de Lei N.º 165-73**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de São José dos Pinhais, 1 (um) trator de marca CATERPILLAR, modelo D440A, série 1642, pertencente à dotação da Secretaria de Agricultura.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 1973.

a) Ilegível — Presidente  
a) Ilegível — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 167-73, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Araucária, tratores e trilhadeiras que especifica, pertencentes a Secretaria de Agricultura. — **Aprovado.**

**Redação Final do Projeto de Lei N.º 167-73**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Araucária, 3 (três) trilhadeiras combinadas, marca "Allis Chalmers", séries B-72120, B-72734 e B-72810 (B-72801); e 3 (três) tratores marca "John Deere", modelo 430 C, séries 161064, 161069 e 161071, pertencentes à Secretaria de Agricultura.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 1973.

a) Ilegível — Presidente  
a) Ilegível — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei 174-73, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a Associação das Senhoras Rotarianas de Fóz do Iguaçu. — **Aprovado.**

**Redação Final do Projeto de Lei N.º 174-73**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS ROTARIANAS DE FOZ DO IGUAÇU.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 1973.

a) Ilegível — Presidente  
a) Ilegível — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 176-73, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Francisco Beltrão, os lotes n.ºs 01 a 06, da quadra n.º 176 e o lote n.º 04 da quadra n.º 181, localizados na sede do referido Município e pertencentes à Polícia Militar do Estado. — **Aprovado.**

**Redação Final do Projeto de Lei N.º 176-73**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Francisco Beltrão, os lotes de n.ºs 01 a 06, da quadra n.º 176, e o lote n.º 04, da quadra n.º 181, localizados na sede do mesmo Município e pertencentes à Polícia Militar do Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 1973.

a) Ilegível — Presidente  
a) Ilegível — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 210-73, que declara de Utilidade Pública a Obra Social Dum Camilo, com sede e foro nesta Capital. — **Aprovado.**

**Redação Final do Projeto N.º 210-73**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a OBRA SOCIAL D. CAMILO, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 1973.

a) Ilegível — Presidente  
a) Ilegível — Relator

**2.a DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução n.º 77-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 260-73, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas com o Município de Rancho Alegre, objetivando a construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruct, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem, no próximo dia 2 de dezembro, do centenário de fundação do Joquei Clube do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final do Projeto de Resolução n.º 77-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final do Projeto de Lei n.º 260-73. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando outra para segunda-feira, dia 3 de dezembro, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 74-73, 77-73 e dos Projetos de Lei n.ºs 231-73, 260-73;

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.º 193-73 e de Resolução n.º 43-73;

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 54-73, 67-73 e dos Projetos de Lei n.ºs 194-73, 268-73.

Levanta-se a Sessão.

**PORTARIAS:**

**PORTARIA N.º 292-73**

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

determinar ao funcionário Elias Pereira, permanecer à disposição da Diretoria Geral, até posterior deliberação.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de novembro de 1973.

(a) Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral



**PORTARIA N.º 293-73**

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 11.487-73, de 19 de novembro de 1973, deste Poder,

**RESOLVE:**

conceder a Wanda Flizikoski, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1973, a partir de 1.º de dezembro de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de novembro de 1973.

(a) Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral

**PORTARIA N.º 294-73**

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 11.352-73, de 14 de novembro de 1973, deste Poder,

**RESOLVE:**

conceder a Ivete Honequen Dranka, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de férias referentes ao exercício de 1973, a partir de 19 de novembro de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de novembro de 1973.

(a) Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral

**PORTARIA N.º 295-73**

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 11.508-73, de 19 de novembro de 1973, deste Poder,

**RESOLVE:**

conceder a Paulo de Souza Filho, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1973, a partir de 23 de novembro de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de novembro de 1973.

(a) Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral

**PORTARIA N.º 296-73**

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 10.981-73, de 06 de novembro de 1973, deste Poder,

**RESOLVE:**

designar a funcionária Adamares Sbrissa Tullio, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços na Liderança da "ARENA", junto ao gabinete do Deputado Wilson Fortes.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de novembro de 1973.

(a) Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral

**PORTARIA N.º 297-73**

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 11.312-73, de 13 de novembro de 1973, deste Poder,

**RESOLVE:**

designar o soldado PM João Roberto Gurgel, ora à disposição deste Poder, para exercer as funções de motorista no Gabinete da Presidência.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de novembro de 1973.

(a) Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral

**PORTARIA N.º 298-73**

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 11.386-73, de 14 de novembro de 1973, deste Poder,

**RESOLVE:**

designar o funcionário Isaac Sender, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Departamento Legislativo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de novembro de 1973.

(a) Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral

**PORTARIA N.º 299-73**

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 11.641-73, de 21 de outubro de 1973, deste Poder,

**RESOLVE:**

I — revogar a Portaria n.º 297-73, de 26 de novembro de 1973, que designou o Soldado PM João Roberto Gurgel, para exercer as funções de Motorista do Gabinete da Presidência; e,

II — designar o funcionário acima citado, para prestar serviços no Gabinete da Liderança da "ARENA".

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de novembro de 1973.

(a) Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral

**ATAS DAS COMISSÕES:**

**COMISSÃO ESPECIAL PARA ESTUDO DA REFORMA DA LEI ORGÂNICA DO IMPOSTO DE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS — ICM**

**3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.ª LEGISLATURA — ATA DA 3.ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte dias do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e setenta e três, às quinze horas e trinta minutos, na Sala de reuniões das Comissões, sob a presidência do senhor deputado Antonio Lopes Júnior e contando com as presenças dos senhores deputados Erondy Silvério e Domicio Scaramella, reuniu-se a Comissão Especial para Estudo da Reforma da Lei Orgânica do Imposto de Circulação de Mercadorias — I.C.M. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, na Hora do Expediente foi lida e aprovada a Ata de reunião anterior e a seguir passou-se à Ordem do Dia, tendo o senhor deputado Erondy Silvério, Relator Geral da Comissão apresentado anteprojeto de lei, oriundo de sugestões colhidas junto à Secretaria da Fazenda, Entidades de Classe, Deputados e Indústrias de nosso Estado, colocado em votação o mesmo foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente agradece sensibilizado a colaboração e alto espírito público de todos os membros da referida Comissão, demonstrado durante busca do aprimoramento do I.C.M., que viessem dar ao Estado e aos contribuintes uma legislação Fisco-Tributária condigna com o nosso estágio de desenvolvimento. Em seguida o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será pelo Senhor Presidente, demais membros e por

mim, Agildes de Oliveira Martins, Secretário da Comissão, assinada para que produza os efeitos legais.

(aa) Deputado Antonio Lopes Júnior — Presidente  
Deputado Erondy Silvério — Relator  
Deputado Domicio Scaramella — Membro  
Agildes de Oliveira Martins — Secretário

**3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura  
Ata da 244.ª Sessão Ordinária  
Realizada em 3 de dezembro de 1973  
(Segunda-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, secretariada pelos Srs. Deputados Haroldo Bianchi e Quíelise Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Aginaldo Pereira Lima — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Emílio Carazzal — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Maurício Fruct — Nelson Buffara — Ovídio Franzoni — Paulo Camargo — Quíelise Crisóstomo — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão (32); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Santos Lima — Hélio Mantrinato — Alvaro Dias — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Domicio Scaramella — Igo Losso — João Fadel — Lázaro Dumont — Marciano Karaniuk — Glavo Ferreira — Paulo Poli — Rosário Pitelli — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (15).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a  
**S E S S Ã O**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciam-se nossos trabalhos

O SR. 2.º SECRETARIO — procede a leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede a leitura do seguinte  
**E X P E D I E N T E :**

**REQUERIMENTOS:**

— de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando dispensa de publicação da Redação Final para os Projetos de Lei n.ºs 150-73, 190-73, 217-73, 221-73 e para os Projetos de Resolução n.ºs. 50-73, 55-73, 59-73, 63-73 e 66-73.

— de autoria do Senhor Deputado Leopoldo Jacomet, solicitando seja incluído na Ordem do Dia da próxima Sessão, o Projeto de Lei n.º 194-73.

**R e q u e r i m e n t o**

Senhor Presidente:

Há homens cujas vidas embora dedicadas inteiramente à sua Nação, conferiram a ela tamanha grandeza e amor, que poderíamos denominá-los "cidadão do mundo".

É o caso do David Ben-Gurion, patriarca de Israel, que morreu dia 1.º de dezembro aos 87 anos, grande parte dos quais dedicou à formação de um lar para os judeus dispersos pelos vários quadrantes da terra.

A sua morte, marco final de uma vida exemplar e gloriosa — paradigma de patriotismo e amor — merece desta Assembléia uma manifestação de pesar.

Assim, Senhor Presidente, usando de faculdade regimental, solicito, ouvido o Plenário, seja concedido voto de condolência pela morte do grande estadista.

Requer, finalmente, que se dê conhecimento deste, ao Centro Israelita do Paraná.

Sala das Sessões, em 3 de dezembro de 1973.

(a) — Luiz Roberto Soares

**R e q u e r i m e n t o**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de regozijo ao Deputado federal José Alencar Furtado, por ter sido eleito pelos jornalistas credenciados na Câmara Federal que fazem a cobertura dos trabalhos legislativos, como um dos parlamentares que mais se destacou nos setores de comissões, plenário e política no ano de 1973.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa ao homenageado.

Sala das Sessões, em 3 de dezembro de 1973.

(a) — Maurício Fruct

**R e q u e r i m e n t o**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, depois de ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais da Casa, o discurso (em anexo) pronunciado pelo Deputado Italo Conti, na Câmara Federal, a propósito da entrega, amanhã, nesta Augusta Casa, do título de "Cidadania Benemerita" aos Senhores Enio Pipino e João Pedro Moreira de Carvalho, Diretores da SINOP, firma colonizadora das áreas que hoje compõem os Municípios de Terra Rica, Iporã, Formosa D'Oeste e Ubitatã.

Sala das Sessões, em 3 de dezembro de 1973.

(a) — Fuad Nacli

**R e q u e r i m e n t o**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, fazendo uso de suas funções parlamentares, solicita, com a aquiescência do Douto Plenário, o envio de apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Doutor Emílio Gomes, solicitando que Sua Excelência assumo o comando das gestões que estão sendo realizadas junto aos dirigentes das Centrais Elétricas do Estado de São Paulo e os proprietários de lotes de terras a serem desapropriados para a construção da Usina Hidrelétrica do Salto do Capivara, no Rio Paranapanema.

No momento está havendo uma generalizada preocupação dos moradores de Primeiro de Maio, Alvorada do Sul, Sertãozinho, Sertaneja e Rancho Alegre, diante dos rumores que circulam sobre os preços que seriam fixados pela direção da CESP para efeito de desapropriação.



É bem verdade que a preocupação do Senhor Governador também já foi devidamente manifestada, quando Sua Excelência criou uma Comissão Especial para tratar dos interesses dos proprietários a serem sacrificados com a construção daquela importante Hidrelétrica. No entanto, as lideranças locais apelam para que o próprio Chefe do Executivo Estadual assuma o comando das negociações, visando obter da CESP preços justos para as áreas a serem desapropriadas. Muitos proprietários vivem praticamente em função de sua produção na lavoura. Com esta obra a ser executada pela CESP, terão que adquirir lotes em outras regiões, por preços elevados, ou então terão que mudar de profissão, o que provocaria sério problema social.

Apelamos para o alto espírito humanitário do Senhor Governador do Estado, que saberá compreender mais uma vez a tensão que vem vivendo os moradores de tão importante região agrícola do Paraná.

Sala das Sessões, em 3 de dezembro de 1973.

(a) — Antônio Belinati

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscrevo, usando de suas atribuições regimentais, requer, após consultado o Plenário, seja endereçado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador Emílio Gomes, contendo o seguinte pedido de informações:

1) — Quem nomeou a atual Diretoria do Banco Regional do Desenvolvimento Econômico e em que Governo iniciou o seu mandato?

2) — O B.R.D.E. concede financiamentos a empresas, obedecendo a que critério?

3) — Quais os vencimentos de seus diretores, e quanto receberam até o mês de novembro do corrente ano?

4) — O B.R.D.E. tem imóveis de sua propriedade? Em caso positivo, informar se procedeu a venda de algum, e se houve concorrência pública, ou licitação para tal operação. Se por ventura vendeu alguma propriedade, informar se há laudo de avaliação no processo, e quais as razões que levaram o Banco a efetuar a transação?

5) — O B.R.D.E. tem algum relacionamento com agência especializada em Relações Públicas? Em caso positivo, informar quanto de subsídios pagou, e se para a escolha desse tipo de empresa fez realizar concorrência ou efetuou consulta a fim de atestar quais as que ofereciam melhores vantagens ao Banco?

6) — Se efetuou algum contrato de publicidade e relações públicas, informar qual o titular da agência que firmou o compromisso, e se procedeu verificação da idoneidade moral e econômica de seus dirigentes,

Sala das Sessões, em 3 de dezembro de 1973.

(a) — Antônio Belinati

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente Requerimento, usando de suas atribuições regimentais, requer o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, Engenheiro Euro Brandão, solicitando sejam apressados os estudos visando o asfaltamento das estradas que ligam Bela Vista do Paraíso à cidade de Alvorada do Sul e Sertãozinho-Primeiro de Maio.

Essas regiões do Norte do Paraná, que se destacam pelas suas magníficas lavouras, estão padecendo pela falta do asfalto, cuja inexistência tem abalado sobretudo o movimento do comércio.

São trechos relativamente pequenos, mas, que, através da execução da obra reivindicada, poderão trazer novo impulso para o desenvolvimento tanto do Bela Vista do Paraíso, como Alvorada do Sul, Sertãozinho e Primeiro de Maio.

Atualmente nota-se uma grande preocupação principalmente por parte dos moradores de Primeiro de Maio e Alvorada do Sul diante da demora na elaboração dos estudos visando beneficiar ambas as cidades com a extensão do asfalto.

Caso esses Municípios sejam preteridos, a vida comercial das duas cidades estará fatalmente condenada a sofrer um abalo em seu volume de vendas. O tráfego acabará sendo desviado para rodovias que já estejam pavimentadas, com sensíveis prejuízos para essas comunidades que se mostram apreensivas com justa razão.

Apelamos para o Senhor Secretário dos Transportes para o urgente atendimento desta reivindicação, formulada em nome de milhares de moradores que tanto têm trabalhado em prol do progresso do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 3 de dezembro de 1973.

(a) Antônio Belinati

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo assinado, fazendo uso de suas atribuições regimentais, solicita após a anuência do Douto Plenário, seja endereçado expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Cultura, Coronel Jarbas Passarinho sugerindo que Sua Excelência determine à Confederação Brasileira de Desportos que seja liberado o ingresso gratuitamente nos estádios de futebol, de crianças até 12 anos.

Entendemos que o acatamento desta sugestão virá proporcionar um grande incentivo à futura mocidade brasileira hoje afastada dos campos esportivos em parte por falta de condições financeiras dos pais, que nem sempre estão com os recursos disponíveis para o pagamento dos ingressos.

Há uma situação de verdadeira humilhação na porta dos campos de futebol, onde se concentram centenas de crianças que querem assistir partida programada e ficam na dependência da boa vontade dos dirigentes dos clubes ou mesmo dos porteiros.

Temos certeza que o acolhimento da presente solicitação não dará prejuízos financeiros para as agremiações esportivas, e os resultados haverão de ser bastante positivos para o futuro do próprio futebol brasileiro.

Sala das Sessões, em 3 de dezembro de 1973.

(a) Antônio Belinati

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Ilustrado Plenário desta Casa requer:

1) — Seja retirado da pauta da Ordem do Dia, por 5 (cinco) sessões consecutivas, o Projeto de Lei n.º 194-73, conforme disposto no § 6.º, do Artigo 87, do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões em 3 de dezembro de 1973.

(a) João Fadel

#### JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Lei n.º 194-73, pretende autorizar o Poder Executivo a alienar, em forma de doação, bem imóvel que especifica, em favor de Prefeitura Municipal.

Quando os Autos foram conclusos à Comissão de Finanças, amparando em dispositivo Regimental requeri abertura de vistas o que me foi deferido e, em seguida, apresentei Requerimento, no qual encarecia:

1.º — Fosse o Projeto de Lei em testilha transformado em diligência, para o fim de serem expedidos diversos pedidos de informação a órgãos da administração pública estadual, com referência à situação, valor e projeto de aproveitamento do imóvel cuja doação se pretende autorizar;

2.º — fosse concedida precedência na votação de meu Requerimento, em relação a apreciação do R. Parecer do ilustre Deputado Relator.

Ambos os itens foram deferidos e aprovados pelos Senhores Deputados integrantes da Comissão de Finanças, conforme se vê na Ata da reunião respectiva.

Isto posto, o Projeto de Lei n.º 194-73, não tem condições legais de ser incluído na Ordem do Dia para apreciação pelo ilustre Plenário desta Casa, e não as terá enquanto não for instruído nos termos do Requerimento aprovado e, ainda enquanto a Comissão de Justiça não exarar seu R. Parecer, no mérito.

Assim, entendo que deva o Projeto de Lei epigrafado ser retirado da Ordem do Dia, nos termos do disposto no Artigo 87, Parágrafo 6.º, do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa para que aguardo, em prazo inter-locutório, o cumprimento das exigências encarecidas.

Os nobres Deputados certamente também assim o entenderão e darão ao presente seu honroso e indispensável apoio.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O motivo que nos leva a ocupar a Tribuna, envolve um assunto que reputamos ser do mais elevado interesse do Estado do Paraná, tanto por parte do Governo, como, também pela comunidade paranaense, tão frontalmente atingidos pelo desacerto das decisões ligadas à área da produção agrícola, onde o Paraná vem se esforçando cada vez mais, para emprestar maior grandeza ao país.

Senhor Presidente e Senhores Deputados:

1.º — Considerando que o Paraná é hoje o 2.º Estado produtor de trigo do país;

2.º — Considerando que a modernização das técnicas empregadas pelo agricultor paranaense aprimora de safra para safra quantitativa e qualitativamente a produção paranaense;

3.º — Considerando que o agricultor paranaense, orientado pelas autoridades do seu Estado, está conscientizado de que só o aumento de produção poderá diminuir a evasão de divisas nacionais, diminuindo cada vez mais a faixa subsidiada pelo Governo na importação e distribuição do trigo;

4.º — Considerando que o Decreto-Lei n.º 210, de 27-2-1967 encerra discrepâncias altamente prejudiciais ao Governo, ao produtor e ao consumidor paranaenses;

5.º — Considerando que, na presente safra, a produção tritícola de nosso Estado é da ordem de 420.000 toneladas;

6.º — Considerando que a cota de moagem atribuída ao Paraná, por Portaria da SUNAB é da ordem de 131.757 toneladas;

7.º — Considerando que o fechamento do moinho das Indústrias Matarazzo, no litoral paranaense, e a incorporação de sua cota de moagem, da ordem aproximada de 40.000, a outra unidade industrial da mesma empresa, porém, sediada em São Paulo, foi altamente lesiva à economia paranaense;

8.º — Considerando que a necessidade de consumo "per capita", anualmente é da ordem de 56 quilos;

9.º — Considerando que a população paranaense é de cerca de 7.000.000 de habitantes;

10.º — Considerando que diante de tais números, são necessárias 392.000 toneladas de trigo para o consumo de todos os paranaenses;

11.º — Considerando que, ainda em virtude de tais números, é necessário que se exporte trigo em grãos e se importe trigo moído (farinha), na ordem de 260.000 toneladas, para suprir os lares paranaenses;

12.º — Considerando que o Paraná possui capacidade industrial (moageira) suficiente às suas próprias necessidades;

13.º — Considerando que existem no Estado 225 moinhos coloniais fechados à moagem de trigo por determinação da SUNAB;

14.º — Considerando que este último fato traz, de imediato, as seguintes e graves consequências:

a) — Encarece o produto à mesa do pequeno produtor e do consumidor, em geral;

b) — Cria problema social com o desemprego de muitos paranaenses que, naqueles moinhos, buscavam com o seu trabalho o honroso sustento às suas famílias;

c) — Onera, com prejuízos incalculáveis, os proprietários de tais moinhos, face aos investimentos já feitos;

d) — Gera o desestímulo ao produtor.

15.º — Considerando que a exportação de trigo em grãos e importação de farinha, na ordem já enunciada de 260.000 toneladas, gera prejuízos ao Paraná, em I.C.M., na expressiva soma de Cr\$ 31.000.000,00, anualmente.

16.º — Considerando o quadro abaixo:

			"per capita"
<b>RIO GRANDE DO SUL</b>			
Produção	1.300.000 toneladas)		
População	6.800.000 habitantes)		
			57 kg
Consumo teórico	381.000 toneladas)		
Cota de moagem	385.000 toneladas)		
<b>SANTA CATARINA</b>			
Produção	60.000 toneladas)		
População	2.950.000 habitantes)		
			48 kg
Consumo teórico	165.200 toneladas)		
Cota de moagem	140.000 toneladas)		
<b>SÃO PAULO</b>			
Produção	51.000 toneladas)		
População	18.000.000 habitantes)		
			70 kg
Consumo teórico	1.008.000 toneladas)		
Cota de moagem	1.258.243 toneladas)		



<b>PARANÁ</b>		
Produção . . . . .	420.000 toneladas)	19 kg
População . . . . .	7.000.000 habitantes)	
Consumo teórico . . . . .	392.000 toneladas)	
COTA DE MOAGEM . . . . .	131.757 toneladas)	

17.º — Considerando, finalmente, que todos esses fatos já têm sido farta e reiteradamente denunciados tanto por esta Assembléia Legislativa como pela Câmara Federal, e pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (FETAEP);

solicito, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o assentimento desta Augusta Casa, para em voz uníssona levarmos, respeitosamente ao conhecimento de sua Excelência o Senhor Presidente da República bem como dos Excelentíssimos Senhores Ministros da Fazenda, Agricultura e Indústria e Comércio, lícitos árbitros das questões aqui levantadas, o que abaixo

#### REQUER

1.º) — Seja criada para o Paraná, 2.º Estado produtor de trigo da Federação, UMA ZONA DE CONSUMO INDEPENDENTE, com o seu desmembramento da 7.ª Zona, a que, atualmente, pertence;

2.º) — Seja concedida ao Paraná, cota de moagem na ordem de quatrocentas mil (400.000) toneladas, números consentâneos com a população e produção paranaenses;

3.º) — Sejam destinadas cotas de moagem aos moinhos coloniais, único meio de minimizar o custo do produto ao consumidor, que corre para produção restituindo-lhe o estímulo que já se desvanece e que é indispensável ao desiderato da auto suficiência da produção tritícola brasileira, que tanto desejava.

Sala das Sessões, em 3-11-73.

(a) Ivo Rocha

#### PROJETO DE LEI:

##### Projeto de Lei n.º 290-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica estadualizada a estrada que ligará Cérro Azul a Senges, via Vila de Varzeão.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de dezembro de 1973.

(a) Maurício Fruct

#### JUSTIFICATIVA:

O trecho de estrada compreendido no Art. 1.º do presente plano de lei, serve a uma importante região agro-pecuária, cujo desenvolvimento mais acentuado não está se observando em virtude da precariedade da única via de acesso existente, não permitindo o rápido escoamento da produção ali verificada.

Muito contribui aquela região para com os cofres públicos do Estado através de impostos, tornando-se necessário que pelo menos uma parcela dos tributos ali arrecadados retornem ao local de origem por meio de obras públicas, principalmente investidas em uma rodovia que ofereça condições de tráfego rápido e seguro aos moradores ali localizados facilitando o escoamento da produção e promovendo um desenvolvimento em ritmo acelerado.

O SR. PRESIDENTE — Srs. Deputados, achando-se presente um dos membros da Mesa da Direção Executiva, Sr. Deputado Muggiati Filho, considero encerrada minha missão na Mesa e convido o Sr. Deputado para assumir a Presidência.

(Assume a Presidência o Sr. Deputado Muggiati Filho)

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, está livre a palavra. (Pausa). Não havendo quem queira fazer uso da mesma, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 32 Srs. Deputados.

Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a presença no Plenário do Sr. João Batista Koppe, digno Presidente da Famepar e do Sr. Deputado Federal, Antônio Anibelli.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruct, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 74-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 249-73, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado e a Universidade Federal do Paraná, objetivando formulação de um Plano de Obras Adequado à Tipologia Urbana do Estado e Análise de Programação das Despesas Públicas do Estado do Paraná a Nível Municipal. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 77-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 260-73, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas com o Município de Rancho Alegre, objetivando a construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 231-73, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que cria a Inspeção de Ensino de Nova Londrina, com Jurisdição sobre os Municípios de Nova Londrina, Marilena e Itauna do Sul e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 260-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 95-73, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva abrir crédito especial de Cr\$ 22.724,00 (vinte e dois mil, setecentos e vinte e quatro cruzeiros), para liquidação de dívida contraída pela Administração dos

Portos de Paranaguá e Antonina com o Instituto de Desenvolvimento Florestal. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., em REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 43-73, de autoria do Dep. Cândido M. M. de Oliveira, que acrescenta ao Regimento Interno — Capítulo V — das Comissões, a Seção VI — do credenciamento de entidades. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 193-73, de autoria do Dep. Ivo Thomazoni, que dá nova redação aos parágrafos 1.º e 11 do artigo 5.º da Lei n.º 5.615, de 11 de agosto de 1967 e dá outras providências. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 54-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 174-73, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, o Município de Capanema e a Associação do Instituto Vocacional e Assistencial Santa Cruz, da cidade de Capanema, objetivando construção de prédio destinado a instalação de um Estabelecimento de Ensino de 1.º e 2.º Graus. Pareceres favoráveis da C.C.J. — Aprovado.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 54-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Resolve:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo Aditivo de Convênio, celebrado em 02 de maio de 1973, entre o Governo do Estado, o Município de Capanema e a Associação do Instituto Vocacional e Assistencial Santa Cruz, de Capanema, objetivando a construção naquela cidade, de um prédio destinado à instalação de um estabelecimento de ensino de 1.º e 2.º Graus, nos moldes da legislação Federal específica.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de agosto de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

Sebastião Rodrigues Júnior — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PARECER

##### A PROPOSIÇÃO N.º 174-73 — Mensagem Governamental n.º 54-73

1 — A presente proposição, constitui-se da Mensagem Governamental n.º 54-73, encaminhando a este Poder, para os fins constitucionais, cópia autêntica do Termo Aditivo de Convênio celebrado em 02 de maio de 1973, entre o Governo do Estado, o Município de Capanema e a Associação do Instituto Vocacional e Assistencial Santa Cruz, de Capanema, objetivando a construção naquela cidade, de um prédio destinado à instalação de um estabelecimento de ensino de 1.º e 2.º Graus, nos moldes da legislação Federal específica.

2 — Com a celebração do referido Termo Aditivo, exerce o Senhor Governador competência deferida no artigo 47, inciso IX, da Constituição do Estado, e por força do artigo 22, inciso VII, cabe à Assembléia Legislativa referendá-lo, o que ora fazemos com o Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22 de agosto de 1973

(Ass.) Antônio Costa — Presidente

Sebastião Rodrigues Júnior — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

#### MENSAGEM 54-73

Curitiba, 13 de junho de 1973

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia do Termo Aditivo de Convênio celebrado em 2 de maio de 1973, entre o Governo do Estado do Paraná, o Município de Capanema e a Associação do Instituto Vocacional e Assistencial Santa Cruz, de Capanema, objetivando a construção naquela cidade, de um prédio destinado à instalação de um estabelecimento de ensino de 1.º e 2.º Graus, nos moldes da Legislação Federal específica.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado

#### TERMO ADITIVO

Aos dois dias do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e três, na sala de reuniões do Palácio Iguaçu, sede do Governo do Estado do Paraná, Capital do Estado, compareceram: a) o Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, representado neste ato pelo Excelentíssimo Senhor Doutor Pedro Viriato Parigot de Souza, na qualidade de Governador do Estado; b) a Secretaria da Educação e Cultura, representada neste ato por seu titular, Doutor Luiz Gabriel Guimarães Sampaio; c) a "Associação do Instituto Vocacional e Assistencial "Santa Cruz", de Capanema, pessoa jurídica de direito privado, de fins não lucrativos, com sede e foro no Município e Comarca de Capanema, neste Estado, representada neste ato pelo Senhor Ernesto Pahl, conforme procuração lavrada às fls. 153 e verso, do Livro n.º dezessete do Tabelião de Notas da Comarca de Capanema; d) o Município de Capanema, pessoa jurídica de direito público interno, representada neste ato pelo respectivo Prefeito Municipal, Senhor Doutor Emílio Simplicio Weber, e, nessa ocasião, pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado foi dito que, tendo em vista pedido formulado pela Associação do Instituto Vocacional e Assistencial "Santa Cruz", de Capanema, ao Excelentíssimo Senhor Doutor João Mansur, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e então no exercício do cargo de Governador do Estado, e tendo em vista ainda a exposição constante de ofício desta data, do Excelentíssimo Senhor Doutor Luiz Gabriel Guimarães Sampaio, Secretário da Educação e Cultura, em que se reconheceu a conveniência da alteração do convênio celebrado entre as mesmas partes e publicado no Diário Oficial número cento e setenta e nove, de dezessete de novembro de mil novecentos e setenta e dois, submetia essas alterações à deliberação dos demais convenientes. Em seguida, pelas mesmas partes convenientes foi dito que estavam de inteiro acordo em que o mencionado convênio passasse a vigorar com as seguintes cláusulas, termos e condições:



**CLÁUSULA PRIMEIRA** — A finalidade deste Convênio é a construção na cidade de Capanema, deste Estado, de um prédio com dois pavimentos, estrutura mista, área de dois mil e duzentos metros quadrados, e praça de esportes, destinado à instalação de um estabelecimento de ensino de 1.º e 2.º Graus, nos moldes da Lei Federal número 5.692, de 11 de agosto de 1971.

O prédio em referência integra o conjunto das edificações, com a área total de quatro mil e quinhentos metros quadrados (4.500 m<sup>2</sup>), a que se referem a planta e especificações anexas (docs. 2 e 3), devendo a construção da parte restante, com a área de dois mil, trezentos e vinte metros quadrados (2.320 m<sup>2</sup>) e que compreenderá um prédio destinado a estabelecimento de ensino de 2.º Grau e salão para múltiplas atividades (auditório e ginásio coberto), ser objeto de um ou mais termos aditivos.

**CLÁUSULA SEGUNDA** — O prédio de que trata a cláusula anterior será construído no terreno urbano, com a área de dezesseis mil e oitocentos metros quadrados (16.800 m<sup>2</sup>), constituído pela quadra número trinta e seis (36), do setor nordeste (N.E.) da Planta Geral de Capanema, imóvel cujo domínio a "ASSOCIAÇÃO" adquiriu através da "Carta de Data" número mil, duzentos e noventa (1.290), que lhe foi outorgada em primeiro de setembro deste ano, pela Prefeitura Municipal da mesma cidade (doc. n.º 4).

Além do terreno acima descrito, serão utilizadas pela administração do estabelecimento ou estabelecimentos de ensino descritos na cláusula anterior, para os fins que a mesma administração julgar convenientes, duas chácaras de propriedade da "ASSOCIAÇÃO", situadas no perímetro suburbano, Setor Nordeste (N.E.) Planta Geral da mesma cidade de Capanema: a) uma, sob número setenta e nove (79), com a área de noventa e um mil metros quadrados (91.000 m<sup>2</sup>), correspondente à Carta de Data número cento e setenta e cinco (175), adquirida pela "ASSOCIAÇÃO" por compra feita a Herminio Gosenheimer, conforme escritura pública lavrada em trinta e um de agosto de mil novecentos e setenta e dois, às folhas números cento e quarenta e cinco a cento e quarenta e seis verso, do livro número dezesseis (16) do Tabelião de Notas Carlos Tschá Júnior, da Comarca de Capanema; b) outra, sob número setenta e quatro (74), com a área de vinte e quatro mil e duzentos metros quadrados (24.200 m<sup>2</sup>), correspondente a uma parcela da Carta de Data número mil duzentos e sessenta e sete, adquirida pela mesma "ASSOCIAÇÃO" por compra feita a Alberto Muller e sua mulher, Dona Malvina Muller, conforme escritura pública lavrada em trinta e um de agosto de mil novecentos e setenta e dois às fls. números cento e quarenta e sete a cento e quarenta e oito, verso, do livro número dezesseis, do citado Tabelião de Notas.

Obriga-se a "ASSOCIAÇÃO" a efetuar a transcrição, em seu nome, no Registro de Imóveis da Comarca de Capanema, e dentro do prazo de sessenta dias contados da assinatura deste convênio, da Carta de Data e das escrituras públicas anteriormente descritas.

**CLÁUSULA TERCEIRA** — O custo da obra a ser construída nos termos deste convênio, do respectivo mobiliário e equipamento do estabelecimento de ensino a que ela se destina, acrescido da importância de Cr\$ 127.568,00 (cento e vinte e sete mil, quinhentos e sessenta e oito cruzeiros), correspondente ao valor dos terrenos antes descritos, e estimado em hum milhão, seiscentos cinquenta mil e oitocentos e oitenta cruzeiros (1.650.880,00).

O orçamento acima indicado é de simples referência, e se houver majoração no custo da obra, do mobiliário e do equipamento, os convenientes obrigam-se a suportá-la na proporção de suas quotas de participação, estipuladas na cláusula quarta.

**CLÁUSULA QUARTA** — Obrigam-se os convenientes a participar em moeda corrente e legal do País, para a construção do prédio indicado na cláusula primeira e para a aquisição do respectivo mobiliário e equipamento, com os seguintes percentuais do custo efetivo da mesma construção e aquisição: a) a "ASSOCIAÇÃO", na qualidade de beneficiária de uma doação de seiscentos e sessenta mil marcos alemães (660.000 marcos), que lhe foi outorgada pela "Evangelische Zentralstelle Euer Entwicklungshilfe E.V.", Central Evangélica de Ajuda ao Desenvolvimento, entidade religiosa, de fins não lucrativas, com sede em Bonn, Alemanha Ocidental, com setenta e cinco por cento (75%) do mesmo custo efetivo, sendo certo que além dessa importância equivalente a dois por cento (2%) do custo estimado do prédio, do mobiliário e do equipamento, representada pelas despesas por ela efetivamente realizadas com a confecção do projeto, pesquisas, pagamento de honorário do pessoal técnico para confecção do aludido projeto, viagens e outras; b) o "ESTADO" sob a forma de "auxílio", no montante de duzentos e quarenta e sete mil e quinhentos cruzeiros (Cr\$ 247.500,00), podendo, no entanto, realizar uma parte desse montante em mobiliário, até o valor de quarenta e sete mil e quinhentos cruzeiros (Cr\$ 47.500,00); c) o "MUNICÍPIO", com 8% (oito por cento), dos quais uma parte no valor de cento e vinte e sete mil, quinhentos e sessenta e oito cruzeiros (Cr\$ 127.568,00) já foi por ele realizada com a aquisição, em nome da "ASSOCIAÇÃO", dos três imóveis descritos na cláusula segunda deste convênio (docs. 2, 3 e 4).

**CLÁUSULA QUINTA** — A "ASSOCIAÇÃO" assume, por este convênio, o encargo de executar a obra na conformidade da respectiva planta e suas especificações por empresa idônea de sua livre escolha, cabendo ao "ESTADO" o direito de realizar por engenheiros e profissionais de sua confiança, sempre que entender conveniente, verificações quanto ao andamento da mesma obra e aos dispêndios realizados.

**CLÁUSULA SEXTA** — O prazo para a conclusão e a entrega da obra, em condições de uso imediato, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado, é de um ano, a contar da data da liberação da verba correspondente à participação do "ESTADO".

**CLÁUSULA SÉTIMA** — Correrão por conta do "ESTADO", durante o prazo de vigência do presente convênio, todas as despesas de conservação do prédio, competindo-lhe realizar os consertos e reparos necessários, e, bem assim, todas as despesas com o pagamento de limpeza, taxa de água, esgoto, luz e outros.

**CLÁUSULA OITAVA** — O Diretor e o Secretário do estabelecimento a que se referem as cláusulas anteriores serão designados mediante listas tripartites apresentadas pela "ASSOCIAÇÃO", e integradas por professores e funcionários com as qualificações exigidas para o exercício das respectivas funções.

**CLÁUSULA NONA** — Obriga-se o "ESTADO" a lotar no estabelecimento de ensino de 1.º Grau que for construído na conformidade deste convênio, os professores e funcionários indispensáveis ao seu regular funcionamento, cabendo à "SECRETARIA" as providências nesse sentido, tão logo ele lhe seja entregue em condições de uso.

**CLÁUSULA DÉCIMA** — A participação do "ESTADO" decorrente deste convênio, será efetivada mediante a concessão de um auxílio no valor de Cr\$ 247.500,00 (duzentos e quarenta e sete mil e quinhentos cruzeiros), através da Dotação 72.09.90.09.0 — elemento 3.2.1.0 — Subvenções Sociais — Instituições Diversas.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** — O presente convênio terá vigência a

partir da data de sua publicação no órgão oficial estadual e terá duração de vinte e cinco (25) anos, contados dessa data.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** — Fica eleito o foro da Comarca de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, para a solução de quaisquer conflitos decorrentes do convênio, por mais especial que seja a situação particular de qualquer dos convenientes.

E por assim estarem justos e acordados, eu (assinatura ilegível), ocupante do cargo de ... lavrei o presente termo, em cinco vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes interessadas, em presença de duas testemunhas para que produza seus efeitos legais.

Curitiba, 2 de maio de 1973.

(aa) JOÃO MANSUR

Governador do Estado

Luiz Gabriel Guimarães Sampaio

Secretário da Educação e Cultura

Ernesto Pahl

p.p. Associação do Instituto Vocacional e Assistencial Sta. Cruz

Emílio Simplicio Weber

Prefeito Municipal de Capanema

Testemunhas:

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 67-73, de autoria dos Deputados Santos Lima e Ivo Thomazoni, que estabelece normas regimentais para escolha dos Delegados da Assembléia Legislativa, e Suplentes, ao Colégio Eleitoral que elegerá o Presidente da República. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 67-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R e s o l v e

Artigo 1.º — A escolha dos Delegados da Assembléia Legislativa, e seus suplentes, ao Colégio Eleitoral instituído pelo artigo 74 da Constituição da República Federativa do Brasil (Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969), far-se-á de acordo com as normas desta Resolução.

Parágrafo único — Os casos omissos serão decididos de acordo com as normas regimentais.

Artigo 2.º — Os Líderes de Partido, no mês de Setembro do ano anterior ao do término do mandato presidencial, convocarão reunião de suas Bancadas, para escolher os candidatos a delegados e suplentes ao Colégio Eleitoral.

§ 1.º — A reunião será convocada com a antecedência mínima de 3 (três) dias para realizar-se na seguinte quinzena do mês referido no "caput" deste artigo.

§ 2.º — A reunião será presidida pelo Líder que escolherá um Deputado presente para funcionar como Secretário, incumbido de lavrar a competente ata, a ser assinada pela maioria dos membros da Bancada.

§ 3.º — A ordem dos trabalhos obedecerá ao que for estabelecido pelo Líder.

Artigo 3.º — Até 30 de setembro do mesmo ano, os Líderes de Partido requererão à Mesa o registro da chapa dos candidatos a delegados e suplentes ao Colégio Eleitoral.

§ 1.º — O requerimento, que deverá conter, em seu corpo, a chapa dos candidatos, será instruído com cópia da ata da reunião da Bancada, em que foram escolhidos, bem como com declarações, individuais ou coletivas de consentimento dos candidatos.

§ 2.º — O requerimento referido no parágrafo anterior far-se-á acompanhar da relação dos nomes dos candidatos, com a respectiva filiação, naturalidade, profissão estado civil, data de nascimento e residência, bem assim o esclarecimento de se tratar de Deputado ou Suplente de Deputado.

§ 3.º — Tratando-se de Suplente de Deputado, dever-se-á apresentar, ainda, prova de encontrar-se no gozo dos direitos políticos, fornecida pela Justiça Eleitoral.

Artigo 4.º — Recebido o requerimento do Líder de Partido e os documentos que o devem acompanhar, a Mesa reunir-se-á, imediatamente, para apreciá-los e, se não houver omissão, determinará, dentro em 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento ou da providência referida no § 1.º deste artigo, que sejam publicados, no órgão oficial, com a observação de que submete a relação dos candidatos ao conhecimento público, para os fins do disposto no artigo 7.º, primeira parte, da Lei Complementar n.º 15 de 13 de agosto de 1973.

§ 1.º — Havendo omissão, a Mesa determinará que o Líder providencie no sentido de saná-la, em 48 (quarenta e oito) horas.

§ 2.º — Terceiros poderão oferecer impugnação dentro de 3 (três) dias imediatamente posteriores à publicação que se fizer, nos termos do "Caput" deste artigo.

§ 3.º — Recebida a impugnação será encaminhada à COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que decidirá, dentro em 3 (três) dias, improrrogáveis, ouvidos o interessado e o Líder do respectivo Partido.

§ 4.º — Vencido o prazo, sem parecer, a Mesa avocará o processo de impugnação e decidirá em igual prazo, observado o mesmo procedimento previsto no parágrafo anterior.

§ 5.º — Da decisão da Comissão de Constituição e Justiça, ou da Mesa, não caberá recurso.

§ 6.º — Mantida a impugnação, o Líder disporá de 3 (três) dias para comunicar à Mesa novo nome, em substituição ao impugnado, seguindo-se o procedimento previsto neste artigo. Rejeitada, arquivar-se-á a impugnação.

§ 7.º — Em caso de morte de qualquer dos candidatos, o Líder disporá do mesmo prazo para a respectiva substituição, observando-se o procedimento deste artigo.

Artigo 5.º — A partir de 16 de novembro o Presidente da Mesa convocará sessão extraordinária para o fim único de escolher os Delegados ao Colégio Eleitoral, bem como os seus suplentes.

§ 1.º — A sessão extraordinária será convocada na forma do Regimento Interno, com antecedência mínima de 8 (oito) dias.

§ 2.º — O procedimento de escolha dos Delegados e suplentes não comportará discussão, cabendo apenas encaminhamento da votação, assegurando-se o prazo improrrogável de 10 minutos para cada Bancada, que se representará pelo Líder ou por quem ele indicar.

Artigo 6.º — A votação far-se-á pela lista dos Deputados, que chamados pelo primeiro Secretário responderão indicando a chapa de sua escolha e, a seguir, declinando se votam em todos os seus integrantes ou, caso contrário, nomeando, dentre esses, os de sua preferência.

§ 1.º — A chapa a ser posta em votação obedecerá à ordem dos candidatos estabelecida no requerimento do Líder do Partido, feito nos termos do artigo 3.º

§ 2.º — Será nulo o voto dado a candidato não integrante da chapa de escolha do votante.



§ 3.º — À medida que o 1.º Secretário proceder a chamada, o 2.º Secretário anotar as respostas e as repetirá em voz alta.

§ 4.º — Admitir-se-á voto em branco.

§ 5.º — Terminada a chamada a que se refere os incisos anteriores, proceder-se-á, ato contínuo, à chamada dos Deputados cuja ausência tenha sido verificada.

§ 6.º — Finda a segunda chamada, o Presidente declarará encerrada a votação, proclamará o resultado e mandará ler os nomes dos Deputados e os respectivos votos.

§ 7.º — O Deputado poderá obter o registro ou a retificação do seu voto, antes de encerrada a votação, fazendo-o de viva voz em Plenário.

Artigo 7.º — Considera-se-ão eleitos delegados os candidatos que, dentro da chapa mais votada, obtiverem maior número de votos.

§ 1.º — Os menos votados na chapa referida neste artigo serão suplentes da representação.

§ 2.º — Se dois ou mais candidatos obtiverem votação igual, prevalecerá, para efeito de classificação, a ordem de colocação na chapa.

Artigo 8.º — Ultimada a eleição, a Mesa da Assembléia Legislativa, dentro em 5 (cinco) dias, comunicará à Mesa do Senado Federal os nomes e a qualificação dos delegados e seus suplentes.

Parágrafo único — A cada um dos eleitos a Mesa da Assembléia fornecerá credencial, para apresentação à Mesa do Senado Federal, na instalação dos trabalhos do Colégio Eleitoral.

Artigo 9.º — No ano em curso, a reunião de que trata o § 1.º do artigo 2.º será convocada com a antecedência de 24 horas.

Artigo 10 — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

(aa) Santos Lima

Ivo Thomazoni

#### JUSTIFICATIVA:

A Constituição da República insere, de forma permanente, mais na atribuição às Assembléias Legislativas, qual seja a de se integrar no Colégio Eleitoral que elegerá o Chefe da Nação, designando, na forma da Lei Complementar n.º 15, de 13 de agosto do corrente ano, seus Delegados Eleitorais Regimentais.

Cada uma dessas fases suscita problemas que devem obedecer soluções. Essa preocupação legítima-se pela necessidade de que o procedimento eleitoral seja isento de vícios jurídicos.

Na ordem hierárquica das Normas Jurídicas decorre que as inferiores se aprofundam na minúcia dos casos, enquanto os superiores permanecem nas Regras ou princípios gerais.

Por isso os princípios normativos devem ser disciplinados, no caso, pelo Regimento Interno.

Acontece que este, muito anterior ao novo preceito Constitucional e omisso, justificando-se, em consequência, a apresentação do presente Projeto de Resolução que submetemos à Douta consideração de nossos ilustres Pares.

(aa) Santos Lima

Ivo Thomazoni

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 67-73

##### P A R E C E R

— É de grande alcance e indiscutível oportunidade o Projeto de Resolução apresentado pelo nobre Deputado Santos Lima.

— As normas propostas, não cabe negar, assegurarão à Assembléia ação segura e eficiente no procedimento para escolha de Delegados e Suplentes que, como seus representantes, comporão o Colégio Eleitoral incumbido de eleger o Presidente da República. Aliás, são normas resultantes de uma reunião de Presidentes de Assembléias, realizada em São Paulo, da qual participou o Sr. Deputado Santos Lima, para serem adotadas em comum por todos os Legislativos estaduais, com caráter regimental e permanente.

— A iniciativa de apresentação é legalmente legítima e os dispositivos da proposição não colidem com quaisquer preceitos legais. Pelo contrário, enquadram-se adequadamente no que vem prescrito pela Lei Complementar Federal n.º 15, de 13 de agosto de 1973, e Resolução n.º 9.483, do Tribunal Superior Eleitoral, diplomas reguladores da matéria.

— A apreciação de detalhes inerentes à melhor técnica regimental transferimos à responsabilidade da Comissão Executiva, à qual cabe, regimentalmente, opinar em seguida.

É favorável o parecer.

Sala das Comissões, em 30-10-73

Antônio Costa — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem) Sr. Presidente, quer me parecer que o Projeto de Resolução n.º 67-73, que tem como co-autor o nobre Deputado Santos Lima, e que visava estabelecer normas regimentais para escolha dos Delegados da Assembléia Legislativa e Suplentes ao Colégio Eleitoral que elegerá o Presidente da República, já perdeu o objetivo. Sr. Presidente, e não sei se o Regimento me faculta requerer de V. Exa., a retirada da Ordem do Dia e consequente arquivamento do mesmo, Sr. Presidente.

#### D e c r e t a .

O SR. PRESIDENTE — A Mesa esclarece o nobre Deputado Ivo Thomazoni, que, receberá o Requerimento desde que seja por escrito, pedindo a retirada do Projeto.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 194-73 de autoria do Dep. Leopoldo Jacomet, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município da Lapa, o imóvel de propriedade do Estado situado na sede do referido Município conforme especifica. Parecer favorável da C.C.J. e Diligência da C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

##### PROJETO DE LEI N.º 194-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município da Lapa, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado à Rua Barão do Rio Branco n.º 1455, naquela cidade, constituído de um terreno medindo vinte e nove metros e vinte centímetros de frente para a citada rua por cinquenta e num metros e cinquenta e oito centímetros de fundos, edificado com uma casa de alvenaria, adquirido pelo Estado do Paraná conforme transcrição n.º 13.396 do Livro 3—P, fls. 54 do Registro de Imóveis da Comarca da Lapa.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga-

das as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

Leopoldo Jacomet

#### JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto de lei encontra arrimo em um princípio fundamental de direito: o de dar a cada um o que é seu.

O objeto da doação pretendida é uma casa de construção muito antiga, ainda de telhas goivas e paredes de estuque primitivo e respectivo terreno, situado na cidade da Lapa, deste Estado, com as metragens constantes do corpo da lei.

Esse imóvel foi havido através de uma escritura pública outorgada em 11 de maio de 1950 no 6.º Tabelião de Curitiba, no Livro 14—E às fls. 161 verso e seguintes, sendo doadora a Associação de Ensino Novo Ateneu e donatário o Governo do Estado do Paraná (documento anexo).

Ocorre, que o objetivo da doação onerosa (casa e terreno) foram conseguidos pela referida Associação a custa de subscrição popular para que se proporcionasse à juventude Lapeana, oportunidade de obter um diploma secundário sem gastos e sacrifícios de “ter que se mandar os filhos para fora”.

O Governo do Estado comprometeu-se a devolver ao povo o que dele foi tomado emprestado, porém essa obrigação que lhe foi subrogada no ato da lavratura da escritura anexa, nunca foi saldada.

Depois da aquisição o prédio serviu de paço municipal por mais de um decênio. A Câmara também funcionou em uma de suas salas, e para tanto, foi necessário que se fizesse no prédio as expensas da Prefeitura da Lapa, as reformas, consertos e melhorias necessárias para que a casa desse condições aos fins à que se destinava. Posteriormente tentou-se dar o terreno e casa, a título precário, à Sociedade de Socorro aos Necessitados da Lapa que ali chegou a se instalar. Aquela entidade teve efêmera duração estando o prédio hoje ocupado para serventia da Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural, à revelia do Estado — proprietário, e em precárias situações, reclamando por isso urgentes e necessárias reformas para melhor atendimento de suas finalidades.

O terreno, por outro lado está servindo de parque para guarda do maquinário da Prefeitura. Considerando-se pois que o Estado do Paraná nunca tomou posse do terreno ou do prédio; que não pagou a obrigação assumida quando por ocasião da escritura de doação onerosa; que a Prefeitura está disposta a reformar a casa para que ela de continuidade de uso e serventia pública, inclusive para acomodar seções de organismos estaduais com quem ela tem convênio; considerando, finalmente, que somente com autorização da Assembléia Legislativa é que a doação a que se refere o anteprojeto retro poderá ser concretizada, espera o Deputado que esta subscorre, tenha a presente matéria legislativa total acolhida nas comissões internas e no Plenário desta Casa de Leis.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 194-73

Subscrito pelo Deputado Leopoldo Jacomet, tem por objetivo o Projeto de Lei em epígrafe, autorizar o Poder Executivo a doar ao Município da Lapa, um imóvel de propriedade do Estado, localizado na sede do referido Município.

A matéria está articulada e justificada nos termos regimentais e está conforme do ponto de vista legal.

Pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 3 de outubro de 1973

(aa) Antônio Costa — Presidente

Ovídio Franzoni — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### PROJETO DE LEI N.º 194-73

AUTOR: DEP. LEOPOLDO JACOMET

#### PARECER

O presente projeto de lei já devidamente aprovado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, é matéria meramente autorizatória, não apresenta nenhum impedimento de ordem financeira.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 09 de outubro de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### REQUERIMENTO

1. Tratam os Autos de Projeto de Lei n.º 194-73, de autoria do Deputado Leopoldo Jacomet, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município da Lapa, Pr., o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado à Rua Barão do Rio Branco n.º 1455, daquela cidade, e constituído de um terreno medindo vinte e nove metros e vinte centímetros de frente para a citada rua, por cinquenta e um metros e oito centímetros de fundo, com edificação de uma casa de alvenaria, conforme transcrição n.º 13.396, do Livro 3—P, fls. 54, do Registro de Imóveis da Comarca da Lapa, Pr.

2. O douto Parecer elaborado pelo ilustrado Deputado Relator, desta Comissão de Finanças, pronunciou-se favoravelmente ao trâmite normal da lide, sem, no entanto, entrar em maiores considerações sobre a matéria e indagar de seu mérito, conforme se vê do laconismo de sua redação.

3. Respeitando, embora, o entendimento do nobre Deputado-Relator, tenho por imperativo de consciência alertar à douta Comissão de Finanças para alguns aspectos que julgo devem ser do conhecimento de cada um de seus ilustrados Deputados-Membros, a fim de que o pronunciamento que o colégio vier a adotar sobre o Projeto de Lei em testilha seja o mais adequado aos interesses do patrimônio público estadual, que deve ser preservado e devidamente considerado.

4. Preliminarmente, é de relevar o fato de que tem sido norma desta Comissão de Finanças receber com as mais acentuadas reservas quaisquer propostas que visem alienação de bens integrantes do patrimônio público estadual, porquanto não raras vezes a intenção dos signatários das proposições têm sido fraudadas pelo donatário no que se refere ao uso e destino do bem outorgado.

5. Por outro lado, e considerando que a justificativa do Projeto de Lei em análise não está devidamente articulada, eis que é contraditória em seus termos, afirmando, de início, que o Governo do Estado nunca tomou posse do imóvel e, em seguida, informando que o mesmo imóvel encontra-se ocupado pela Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural — FATR —, órgão integrante da administração pública estadual; considerando que a finalidade ar-



glida para justificativa da doação está diluída pelo modo não específico da redação, dando ensejo a interpretação dúbia; considerando ainda, que a proposição não está instruída pelo indispensável Laudo de Avaliação do imóvel cuja doação pretende autorizar, o que impede que esta Comissão de Finanças tome ciência do "quantum" em que será vulnerado o patrimônio público; e considerando, finalmente, que para instrução do Projeto de Lei não está anexada nenhuma declaração do Governo do Estado no sentido de que não mais pretenda utilizar-se do imóvel em questão sendo, portanto, gratuita a afirmação nesse sentido contida na justificativa havendo seu Autor decidido sob hipótese, o que não é admissível em tratando-se de norma legislativa, tenho por certo constituir-se imperativo legal sejam redobradas as cautelas desta Comissão de Finanças para apreciação do Parecer do digno Deputado-Relator.

#### 6. Isto posto, é o presente para REQUERER:

1.º — seja o presente Projeto de Lei transformado em diligência, a fim de de, nos termos do Artigo 63 "caput", do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, haja por bem esta Comissão de Finanças examinar os seguintes expedientes para que sejam sanadas as falhas retro apontadas:

— à Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural — FATR — solicitando-lhe informar em que condições está sendo ocupado o imóvel objeto deste e, especificamente, qual o uso que lhe está dando;

b — à Secretaria de Viação e Obras, para que proceda avaliação do imóvel especificado e remeta a esta Comissão de Finanças o respectivo Laudo de Avaliação que vier a ser elaborado;

c — à Secretaria de Educação e Cultura solicitando informe-se não existe ali no Órgão plano de aproveitamento do imóvel referido, quer com instalação de estabelecimento de ensino, conforme condição de cláusula da doação onerosa da qual o Estado do Paraná foi donatário, quer para outro qualquer fim conexo com a educação e cultura;

d — à Secretaria Extraordinária de Planejamento, solicitando-lhe informe quanto à existência ou não de projeto ali em andamento de futura utilização do imóvel para qualquer título ou finalidade de utilidade pública.

2.º — seja concedida prioridade para votação do presente Requerimento, porquanto, em sendo o mesmo aprovado ficará prejudicado o R. Parecer do nobre Deputado-Relator, porquanto talvez venha a ocorrer mudança de entendimento de seu ilustrado signatário assim que tomar conhecimento das respostas que foram dadas aos expedientes retro citados.

7. Expressado meu entendimento sobre a matéria dos Autos e esperando que o Requerimento supra, amparado por dispositivo regimental, seja devidamente tomado em consideração pelos nobres Deputados-Membros da Comissão de Finanças, devolvo o prazo de vista que me foi concedido, nos termos do § 8.º, do Artigo 60, da Seção V, do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, 12 de novembro de 1973.

(a) João Calil Fadel

A propósito do Projeto há um Requerimento subscrito pelo nobre Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por cinco Sessões consecutivas, do Projeto de Lei n.º 194-73, conforme disposto no § 6.º do Artigo 87 do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa. Em votação o Requerimento. — **Aprovado.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 268-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 100-73, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva conceder pensão mensal de Cr 100,00 (cem cruzeiros), à Sra. Aracy de Lara Machado, viúva de ex-Servidor Público Estadual. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado**

#### MENSAGEM 100-73

Curitiba, 26 de outubro de 1973

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva a concessão de uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) a Sra. Aracy de Lara Machado, viúva do ex-funcionário público estadual Luiz Teixeira Machado.

O Plano de Lei ora submetido à essa Augusta Casa de Leis tem sua procedência justificada no fato de que, como imperativo indiscutivelmente justo e humano, ensejará melhores condições de vida a Dona Aracy de Lara Machado, que, embora sendo viúva de ex-funcionário público, nenhuma pensão percebe dos cofres estaduais ou de qualquer outra fonte.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMÍLIO GOMES  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder a Aracy de Lara Machado, viúva de Luiz Teixeira Machado, ex-funcionário público estadual, uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros).

Art. 2.º. As despesas decorrentes com a execução da presente lei, correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N.º 268-73

#### P A R E C E R

Submete-se à deliberação desta Comissão, Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo através Mensagem N.º 100-73, que objetiva a concessão de uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) a Sra. Aracy de Lara Machado, viúva do ex-funcionário público estadual Luiz Teixeira Machado.

A referida Mensagem do Senhor Governador do Estado justifica a procedência da medida ora pleiteada, no fato de que, como imperativo indiscutivelmente justo e humano, propiciará melhores condições de sobrevivência à mencionada senhora.

Somos pela APROVAÇÃO do Projeto.

Sala das Comissões, em 21-11-73.

Antônio Costa — Presidente  
Erandy Silvério — Relator  
(Assinaturas ilegíveis)

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 268-73

AUTOR: — PODER EXECUTIVO — MENSAGEM N.º 100-73

#### P A R E C E R :

Oriundo de Mensagem Governamental a presente iniciativa de Lei visa conceder uma pensão mensal a Senhora Aracy de Lara Machado, viúva do ex-funcionário público estadual Luiz Teixeira Machado.

Julgamos o projeto justo, humano e sobretudo sem qualquer implicação de ordem financeira, razão pela qual opinamos pela sua aprovação.

PARECER FAVORÁVEL, POIS.

Sala das Comissões, em 29-11-73.

(Ass. Ilegível) — Presidente

(Ass. Ilegível) — Relator

(Ass. Ilegível)

O SR. PRESIDENTE -- É encaminhado à Mesa, o seguinte Requerimento: (Lê)

"O Deputado subscritor do presente requer nos termos do Regimento Interno a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Resolução n.º 67-73, por 10 Sessões.

Sala das Sessões, em 3 de dezembro de 1973.

(a) — Ivo Thomazoni

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, solicitando retirada da Ordem do Dia, por 10 Sessões, o Projeto de Resolução n.º 67-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do Expediente, solicitando voto de condolências pela morte do grande estadista, David Ben-Gurion, patriarca do Estado de Israel. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação de Redação Final para diversos Projetos de Lei e de Resolução. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomet, constante do Expediente, solicitando seja reincluído na Ordem do Dia da próxima Sessão, o Projeto de Lei n.º 194-73, de sua autoria. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do Expediente, solicitando seja inserido nos Anais da Casa, o discurso pronunciado pelo Deputado Italo Conti, na Câmara Federal, a propósito da entrega, amanhã, nesta augusta Casa, do título de "Cidadania Benemérita" aos Srs. Enio Pipino e João Pedro Moreira de Carvalho, Diretores da SINOP. — **Aprovado.** (O discurso a ser transcrito acha-se publicado no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Rocha, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício aos Srs. Presidente da República, Ministros da Fazenda, Agricultura e Indústria e Comércio, contendo o pelo, no sentido de ser criada, para o Paraná, uma zona de consumo independente, com o seu desmembramento da 7.a zona, e que seja concedida cota de moagem, na ordem de quatrocentas mil toneladas e sejam destinadas cotas de moagem aos moinhos coloniais. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruct, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo ao Sr. Deputado Federal José Alencar Furtado, por ter sido eleito pelos jornalistas credenciados na Câmara Federal, que fazem a cobertura dos trabalhos legislativos, como um dos parlamentares que mais se destacou nos setores de comissões, plenário e política, no ano de 1973. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que Sua Excelência assumo o comando das gestões que estão sendo realizadas junto aos dirigentes das Centrais Elétricas do Estado de São Paulo e os proprietários de lotes de terras a serem desapropriados para construção da Usina Hidrelétrica do Salto do Capivara, no Rio Paranapanema. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de serem apressados estudos visando o asfaltamento das estradas que ligam Bela Vista do Paraíso a cidade de Alvorada do Sul e Sertãozinho - Primeiro de Maio. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja endereçado expediente ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, no sentido de que Sua Excelência determine à Confederação Brasileira de Desportos, seja liberado o ingresso gratuitamente nos estádios de futebol, de crianças até 12 anos. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Governador do Estado, pedido de informações. — **Em discussão.**

O SR. IVO THOMAZONI — Peço a palavra, Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão do Requerimento para a próxima Sessão, na forma do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando outra para quarta-feira, dia 5, à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 50-73 — 55-73 — 59-73 — 63-73 — 66-73 — 77-73 e de Lei n.ºs: 150-73 — 190-73 — 217-73 — 248-73 — 260-73;

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.º 4373 e de Lei n.º 100-73;

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs: 54-73 e de Lei n.ºs: 268-73, 194-73.

A Presidência lembra aos Srs. Deputados que amanhã haverá uma Sessão Especial destinada à entrega de títulos de cidadãos beneméritos aos Srs. Enio Pipino e João Pedro Moreira de Carvalho.

Levanta-se a Sessão.



**MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO FUAD NACLI, NA SESSÃO REALIZADA EM 3-11-73**

"A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná entregará no próximo dia 4 de dezembro ao ilustre cidadão Sr. Ênio Pepino o título de Cidadão Benemérito do Paraná, outorgado por unanimidade, numa demonstração inequívoca do alto conceito que goza o homenageado.

A feliz iniciativa dos Senhores Deputados merece este registro pois a honraria concedida o foi a um cidadão ao qual o meu Estado deve reais serviços prestados ao seu desenvolvimento e ao bem-estar de seu povo.

O Sr. Ênio Pepino é empresário que logrou merecido sucesso no campo da colonização. Sua figura será realçada quando se escrever a história do que foi a civilização das terras roxas de meu Estado; do que foi a corrida em busca das terras férteis do norte e do oeste paranaense e quando se avaliar o esforço e a tenacidade daqueles que acreditaram numa região que hoje exerce influência preponderante no setor da produção de alimentos e particularmente do café e do soja.

Chegou o sr. Ênio Pepino ao Paraná na década de 50, com a coragem do bandeirante o estoicismo do imigrante italiano mesclados em seu sangue. Viera de São Paulo onde empregara sua fecunda atividade na agricultura e na pecuária. Seu espírito público e sua sensibilidade política já o haviam credenciado para Prefeito Municipal de sua cidade, Presidente Venceslau. Sua chegada ao Paraná coincidiria com a ocasião em que as novas terras roxas atraíam brasileiros de todos os rincões do Brasil, fascinados pelas notícias de sua exuberante fertilidade. Tudo se assemelhava à corrida do ouro dos tempos das Minas Gerais ou da saga americana.

Ênio Pepino se apercebeu do que poderia ser no futuro a civilização que se plantasse naquelas terras, desde que o trabalho fosse organizado. Planejamento acima de tudo é o que se exigia. A improvisação resultaria, como resultou, em sérios problemas sociais, até hoje insolúveis e acompanhada de graves conseqüências pelos conflitos gerados.

Longe de especular e fazer transação fácil, sua atividade, com o tirocínio que lhe é inato, se afirmou através do trabalho metódico e racional, caminho

mais curto e mais duradouro para o sucesso e principalmente o que melhor atendia aos interesses do Paraná. Assim pensando, assim agiu. Colonizou na exata e precisa acepção do termo. Elaborou planos que se concretizaram em cidades, tudo dentro da técnica mais aprimorada. Acercou-se de homens capazes e empreendedores e graças ao árduo e estafante trabalho a que se votou plantou cidades que estão aí, como polos irradiadores de progresso: Terra Rica, Ubitatã, Formosa do Oeste e Iporã. Sua empresa a SINOP, hoje desfrutando de alto conceito em todo o Paraná, muito contribuiu para amenizar os problemas decorrentes do tipo de civilização que surgia no Paraná. Os choques de interesses e as lutas de posseiros de boa-fé, com grileiros ou legítimos possuidores de terra os havia, e muitos. Nas terras da SINOP, entretanto, eles não se fizeram presentes, pois os conflitos eram resolvidos com justiça e acerto. Ênio Pepino serviu, assim, de exemplo. Fez escola de métodos. Muitos o imitaram, com sucesso.

Vencida a batalha no Paraná, trasladou-se Ênio Pepino e sua SINOP para Mato Grosso. Levou para outras plagas sua experiência paranaense e prosseguiu colonizando e plantando cidades.

Assistimos no ano passado e testemunhando estava também o Sr. Ministro do Interior a primeira atividade da SINOP em Mato Grosso com a inauguração da cidade Vera, a quatrocentos quilômetros do Norte de Cuiabá. Era a coragem de Ênio Pepino em plena atividade na selva matogrossense. Seu entusiasmo contagiou a todos. Nas palavras que proferiu então o Sr. Ministro manifestou a esperança de que novas iniciativas como aquela surgissem na Amazônia, assinalando que o exemplo devia ser imitado.

Senhor Presidente;

Senhores Deputados:

Procurei dentro do tempo disponível traçar o homem a quem, em boa hora, a Assembléia Legislativa do Paraná outorgou o título de cidadão benemérito.

Congratulo-me, pois, com os Srs. Deputados Estaduais do meu Estado e consigno o meu contentamento, o meu aplauso e a minha solidariedade de paranaense ao ato de justiça e de reconhecimento da Assembléia Legislativa do Paraná".